

ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 2, Nº 2, - Maio 2009



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 02, Número 02, maio de 2009

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Editor Executivo Junior

Prof. Esp. **Carlos Eduardo Silva**

Editora de Idiomas

Mônica Ribeiro Gusmão Saba

Capa

Lucas Neiman

Fotos

Zysman Neiman

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Ana María Wegmann Saquel**

Profa. Dra. **Beatriz Veroneze Stigliano**

Profa. Dra. **Célia Maria de Toledo Serrano**

Prof. Dr. **Davis Gruber Sansolo**

Prof. Dr. **Flávio José de Lima Silva**

Prof. Dr. **Giovanni de Farias Seabra**

Arq. **Hector Ceballos-Lascurain**

Profa. Dra. **Heloisa Turini Bruhns**

Prof. Drando. **Heros Augusto Santos Lobo**

Prof. Dra. **Ivani Ferreira de Faria**

Profa. Dra. **Lilia dos Santos Seabra**

Prof. Dr. **José Artur Barroso Fernandes**

Prof. Dr. **José Martins da Silva Júnior**

Profa. Dra. **Marilia Cunha Lignon**

Profa. Dra. **Marta de Azevedo Irving**

Prof. Dr. **Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Profa. Dra. **Nadja Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Pedro de Alcântara Bittencourt Césat**

Prof. Dr. **Sidnei Raimundo**

Profa. Dra. **Solange Terezinha de Lima Guimarães**

Profa. Dra. **Sueli Ângelo Furlan**

Prof.a. Dra. **Suzana Machado Padua**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Zysman Neiman**

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|-----|
| APRESENTAÇÃO..... | 111 |
|-------------------|-----|

| | |
|---------------|-----|
| EDITORAL..... | 112 |
|---------------|-----|

ARTIGOS

| | |
|--|-----|
| Ecoturismo construindo a materialidade dos assentamentos: uma história de legitimação da terra no Distrito Federal - DF..... | 118 |
|--|-----|

Juarez Martins Rodrigues

| | |
|--|-----|
| <i>Ecotourism: building materiality in rural settlements and legitimating land ownership in the Federal District (DF), Brazil.....</i> | 118 |
|--|-----|

Juarez Martins Rodrigues

| | |
|--|-----|
| Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática | 142 |
|--|-----|

Gabriela Barros Rodrigues, Ozelito Possidônio de Amarante Junior

| | |
|---|-----|
| <i>Ecotourism and conservation: general context and reflections on practice</i> | 142 |
|---|-----|

Gabriela Barros Rodrigues, Ozelito Possidônio de Amarante Junior

| | |
|---|-----|
| Representação social da Educação Ambiental e sua contribuição ao turismo..... | 160 |
|---|-----|

Rafael Angelo Fortunato

| | |
|--|-----|
| <i>Social representation of Environmental Education and its contribution to tourism.....</i> | 160 |
|--|-----|

Rafael Angelo Fortunato

RESENHA

| | |
|---|-----|
| Seria o Rio de Janeiro uma referência para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação? | 190 |
|---|-----|

Andréa Rabinovici

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER). Por decisão da Plenária do VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (Itatiaia - RJ, 2007) os números iniciais estão sob responsabilidade do Instituto Physis - Cultura & Ambiente, até que a Sociedade Brasileira de Ecoturismo eleja sua primeira Diretoria e aprove os Estatutos, o que deve ocorrer VIIº Congresso Nacional de Ecoturismo, em 2009, no Estado do Espírito Santo.

Publica artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os eixos temáticos desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas idéias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos este segundo número de nosso segundo volume. Cumprir com a periodicidade programada da Revista é para nós questão de garantia da boa qualidade que pretendemos para a mesma e é nesse sentido que temos trabalhado.

Nesta edição aproveitamos para divulgar os primeiros informes a respeito do VIIº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) e o IIIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), cuja missão principal será promover um amplo debate entre profissionais das universidades, instituições de ensino em geral, Poder Público e iniciativa privada, operadoras, agências, comunidades tradicionais e locais e Organizações Não Governamentais – ONGs, no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado à práticas de mínimo impacto. Este encontro visa não somente avaliar o conhecimento e as atividades que estão sendo implementadas no setor, como também promover uma relação interdisciplinar de aprendizado coletivo, aglutinando os diversos setores numa discussão única entorno da temática e áreas afins.

O VIIº CONECOTUR e o IIIº EcoUC têm como objetivo geral ser um evento de qualidade técnica-acadêmica, garantindo a todos os setores envolvidos a possibilidade de participação e contribuição na realização do próprio evento, de modo a promover a interação entre as práticas comunitárias, comerciais, do terceiro setor, da academia e das políticas públicas de turismo, meio ambiente e Unidades de Conservação, para, a partir do debate nacional, propor orientações e diretrizes para o Ecoturismo brasileiro na próxima década, como uma contribuição ao desenvolvimento deste segmento face à nova realidade do meio ambiente global.

Dentre seus objetivos específicos, podem-se citar:

- Promover a convergência de ideias em detrimento das diferenças e antagonismos dos atores/setores relacionados ao Ecoturismo no Brasil;
- Possibilitar a integração, troca de experiência, saberes e percepções dos atores envolvidos;
- Valorizar e iniciar, programas, projetos e trabalhos relacionados ao segmento, elaborados pela iniciativa privada, universidades e escolas técnicas, comunidades, ONGs, Unidades de Conservação e poder público do Brasil;
- Colaborar para a inserção de atores institucionais e sociais, de modo a promover a democratização das decisões e dos benefícios do Ecoturismo no Brasil;
- Contribuir com a consolidação das Unidades de Conservação como atrativos ecoturísticos e vetores de sustentabilidade nas regiões brasileiras;
- Contribuir para a melhoria dos serviços e estruturas de Ecoturismo nas áreas naturais e Unidades de Conservação brasileiras; e
- Consolidar o Ecoturismo como ciência e saber acadêmico.

A transferência, a troca de conhecimentos, os planos estratégicos e a tecnologia são de suma importância para a análise e a prevenção dos impactos negativos do uso público e da

prática do Ecoturismo nas áreas naturais brasileiras.

Para que as atividades inseridas no Ecoturismo se constituam em ferramentas imprescindíveis no subsídio ao planejamento e manutenção de modelos de preservação, Educação Ambiental e interpretação da natureza associados a atividades de lazer, é extremamente necessário a adoção de práticas, técnicas e inovações condizentes aos conceitos preconizados pela teoria e pelas boas condutas.

Neste sentido, a realização de eventos técnico-científicos e político-insitucionais como o VII^o CONECOTUR e o III^o EcoUC são fundamentais para a difusão, repasse, nivelamento e troca de informações entre os atores envolvidos com esta atividade que congrega conhecimentos e tecnologias das áreas de ciências humanas e ciências naturais, ligadas aos setores de turismo e meio ambiente.

Espera-se que o evento seja um *divisor de águas* para o segmento de Ecoturismo no Brasil, de forma a influenciar novos investimentos em tecnologia e inovação, adoção de novos projetos e políticas pelo Poder Público na área, ampliar a percepção dos agentes de mercado para as nuances do segmento, estimular a produção científica acadêmica, ampliar o apoio às iniciativas das entidades do terceiro setor que atuam na área e oportunizar o maior envolvimento de comunidades tradicionais e locais neste processo.



VII CONECOTUR

Congresso Nacional de Ecoturismo

III ECOUC

Encontro Interdisciplinar de
Ecoturismo em Unidades de Conservação

Espírito Santo - Novembro - 2009

A programação tratará do segmento Ecoturismo compreendendo todas as esferas que atuam direta ou indiretamente na área, para interagir, discutir, congregar e propor melhorias para as práticas acadêmicas, comerciais, institucionais e sócio-ambientais do Ecoturismo brasileiro.

Neste sentido, já desenvolvendo e aplicando o tema central do evento “**Ecoturismo - Nova década, novos rumos: qual será sua contribuição?**” os participantes e interessados poderão contribuir para a elaboração da programação final, através de comunicação por e-mail e pelo *site* do evento, sugerindo os temas a serem debatidos, palestrantes, atividades, mini-cursos e iniciativas a serem desenvolvidas e realizadas.

Visando aglutinar os diversos atores em uma abordagem única, foram previamente estabelecidos 8 temas transversais, que são aqueles que interferem em todos os setores, e serão debatidos primeiramente pela manhã nas plenárias setoriais, e posteriormente, à tarde, na plenária nacional.

Vale ressaltar, por fim, que será durante a realização do VII^o CONECOTUR e do III^o EcoUC que será oficializada a Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), com aprovação de Estatutos e eleição da primeira Diretoria.

A Revista Brasileira de Ecoturismo deseja a todos os organizadores e participantes pleno sucesso na execução dos trabalhos. No próximo número publicaremos a programação final do evento, lembrando que os melhores trabalhos apresentados, a critério do Comitê Técnico-Científico, serão incluídos na íntegra em edições futuras desta Revista.

Neste número estão presentes quatro contribuições acadêmicas. O primeiro artigo, “Ecoturismo construindo a materialidade dos assentamentos: uma história de legitimação da terra no Distrito Federal-DF”, de autoria de Juarez Martins Rodrigues, apresenta um estudo sobre processos participativos como vetores de instrumentalização e implementação de políticas e o incremento de projetos sustentáveis, junto aos trabalhadores rurais de projetos de assentamentos. Através de entrevistas realizadas com os próprios agricultores, é feita uma análise de como o Ecoturismo pode contribuir para o fortalecimento de sua representatividade política junto às instituições governamentais e junto à sociedade.

No segundo artigo, Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática”, Gabriela Barros Rodrigues e Ozelito Possidônio de Amarante-Junior fazem uma reflexão sobre as práticas de Ecoturismo existentes no Brasil a partir de uma revisão da literatura e, principalmente, da experiência empírica dos mesmos, que percorreram diversos destinos do país analisando os impactos positivos e negativos dessa atividade. O texto ainda fomenta a discussão sobre os equívocos cometidos na comercialização e no uso do termo Ecoturismo, alertando que isso vem provocando danos aos ambientes onde a atividade poderia, em outros moldes, se apresentar como alternativa de desenvolvimento local.

No terceiro artigo, somos brindados com um ensaio bastante abrangente sobre “Representação Social da Educação Ambiental e sua contribuição ao turismo”. Partindo de um eclético referencial teórico, Rafael Angelo Fortunato contextualiza o momento atual da chamada Educação para as Sociedades Sustentáveis, auferindo a sua representação social tendo como padrão

de qualidade o modelo ecossistêmico de cultura. O autor defende que, para que a Educação Ambiental possa contribuir com a sustentabilidade na atividade turística, é necessário que seja realizado uma ampla re-qualificação do senso comum relativo ao seu entendimento, aproximando-o do paradigma da complexidade.

Este número é concluído com uma resenha do recém-lançado livro “Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão”, livro este organizado por Marta de Azevedo Irving, Gian Mario Giuliani e Carlos Frederico B. Loureiro. Nesta resenha, Andréa Rabinovici dirige aos organizadores do livro a seguinte pergunta: “seria o Rio de Janeiro uma referência para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação?”. A resposta a esta questão é o mote de debates tanto do livro quanto da resenha.

Para encerrar, resta-nos anunciar com grande alegria e entrada de três novos membros ao nosso Comitê de Avaliadores. São eles os renomados pesquisadores Beatriz Veroneze Stigliano, Pedro de Alcântara Bittencout César e Suzana Machado Padua. A presença desses ilustres especialistas engrandece sobremaneira a qualidade de nossa Revista e é, para nós, motivo de muito orgulho. Sejam bem-vindos os novos avaliadores e boa leitura a todos!

Zysman Neiman
Editor Chefe



**De cada cem árvores antigas
restam cinco testemunhas
acusando o inflexível carrasco secular.
Restam cinco, não mais.
Resta o fantasma da orgulhosa floresta primitiva.**

(Carlos Drummond de Andrade)

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país.

A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a espécie homenageada é o Ipê Amarelo (*Tabebuia sp.*), espécie símbolo do Brasil, que perde todas as suas folhas no inverno, mas recobre-se inteiramente com sua floração amarela, na primavera, dando origem ao famoso espetáculo do ipê-amarelo florido. Quanto mais frio e seco for o inverno, maior será a intensidade da florada.



SEÇÃO
ARTIGOS

**Não, não haverá para os ecossistemas aniquilados
Dia seguinte.**

**O ranúnculo da esperança não brota
No dia seguinte.**

**A vida harmoniosa não se restaura
No dia seguinte.**

**O vazio da noite, o vazio de tudo
Será o dia seguinte.**

(Carlos Drummond de Andrade)





Ecoturismo construindo a materialidade dos assentamentos: uma história de legitimação da terra no Distrito Federal-DF

Juarez Martins Rodrigues

RESUMO

Este estudo faz um levantamento e análise de processos participativos, analisando como os mesmos contribuem para instrumentalizar a implementação de políticas e o incremento de projetos sustentáveis, junto aos trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento - PA Colônia I, no Município de Padre Bernardo Goiás, assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, no ano de 1996. A metodologia utilizada na pesquisa buscou revelar a percepção da comunidade quanto à implementação das atividades ecoturísticas. Por meio de perguntas sobre Ecoturismo, investigou-se as concepções quanto aos aspectos relacionados às potencialidades, cuidados, produtos ofertados, educação, parcerias, as expectativas da comunidade em relação a geração de benefícios socioambientais, e a elaboração de estratégias factíveis na concepção, planejamento e desenvolvimento de um projeto turístico sustentável. Constatou-se que 44% dos mesmos pertencem ao Grupo Vida e Preservação do Colônia I, bem como a existência de outros processos organizativos, como do grupo de mulheres (em torno de 11) que desenvolvem a produção de artesanatos e se organizam para a produção de alimentos. Há interesse e disposição das comunidades de levar em frente a idéia de diversificação das atividades, aliadas ao manejo adequado dos recursos naturais e exploração em parceria com Projeto de Assentamento Colônia II, para viabilizar o Ecoturismo baseado na oferta de produtos alimentares, artesanatos, preparação interna e da população do entorno, desenvolver a proteção e infra-estrutura básica junto a alguns atrativos levantados, a geração de serviços e benefícios internos. Na concepção dos entrevistados a atividade poderá contribuir para o fortalecimento de sua representatividade política junto às instituições governamentais e junto à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo, Participação Comunitária, Assentamento

Ecotourism: building materiality in rural settlements and legitimating land ownership in the Federal District (DF), Brazil

ABSTRACT

This study raises data on and analyzes participatory processes, examining how such processes contribute to the instrumentalization and policy implementation as well as increased interest in sustainable projects with rural workers of Settlement Project PA Colony I (Padre Bernardo municipality in the State of Goiás), who were settled by the Brazilian National Program for Agrarian Reform in 1996. The used research methods sought to reveal the community's perception about the implementation of eco-tourism activities. Through questioning on eco-tourism, we investigated conceptions regarding aspects pertaining to potentialities, care, offered products, education, partnerships, community expectations on socio-environmental benefits, and the set up of concrete strategies for conception, planning, and development of a sustainable eco-tourism project. We observed that 44% of workers belong to the group "Life and Preservation of Colony I" (*Vida e Preservação da Colônia I*), and other organizational processes such as women's group (around 11 individuals) who produce handicrafts and get organized for food production. There is interest and community's willingness to carry on a diversification of activities coupled with proper natural resources exploitation and management in partnership with the Project Settlement Colony I, in order to make eco-tourism feasible through such products as food, handicrafts, capacity building of local and surrounding population, development of protection and basic infrastructure with some attractions identified during the study, as well as generation of other services and goods. According to participants, such activities will contribute to the reinforcement of their politic representativeness before governmental institutions and the society as a whole.

KEY-WORDS: Ecotourism, Community Participation, Rural Settlement

Introdução

Pecar por silêncio, quando se deveria protestar, transforma homens em covardes.

A. Lincoln

A história da formação do espaço agrário brasileiro, desde o colonial-escravista até o atual momento, nos demonstra que as forças gerenciadoras do território atuaram no sentido de regular juridicamente a propriedade fundiária em função da posse por determinados grupos: ora para a classe senhorial plantacionista, ora para os senhores feudais, ora para uma burguesia agrária com vistas a produção em grande escala para o mercado internacional (MOREIRA, 1981).

Historicamente, tem-se uma série de exemplos de resistência e rompimento desse processo, conduzidos pelos movimentos sociais.

As lutas camponesas sempre tiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. Alguns exemplos foram a Guerra dos Potiguaras, Confederação dos Tamoiós, Palmares, Canudos entre outros (FERNANDES, 2000:25-47).

Em relação à mobilização social no campo, houve o movimento iniciado no final dos anos 1950, liderado por Francisco Julião desencadeado em Pernambuco e espalhado por todo o Nordeste, conhecido como Ligas Camponesas, e, no início dos anos 1960, o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER, ocorrido no Rio Grande do Sul. "*Esses dois movimentos seriam os precursores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST*" (VASCONCELOS, 2002:27).

A acumulação capitalista historicamente beneficiada pelas leis e programas governamentais, configurando-se numa classe dominante com base na propriedade da terra, intensificou a grande propriedade, mais uma vez beneficiada, pelas políticas públicas e por meio dos incentivos fiscais, período que se inicia na década de 1950, acentuando-se nas décadas de 1960 e 1970, com a chamada revolução verde.

Esse processo gerou a expulsão de milhares de trabalhadores e produtores familiares de suas terras, para dar lugar à agricultura e à pecuária, intensivas em capital e extensivas em área, acarretando sérios problemas sociais nos centros urbanos. O êxodo rural configura-se por uma acelerada redução da população rural do país. Nos anos 1960, 80% da população brasileira viviam no campo e após três décadas percebe-se que esse percentual corresponde ao contingente de pessoas que habitavam nas cidades.

Ainda na década de 1960, como resultado das discussões desencadeadas referente ao êxodo rural e processos de desagregação social, como o desemprego dos trabalhadores rurais nas cidades, no Brasil e em outros países da América Latina, e para regulamentar as questões da terra no país, o governo criou o Estatuto da Terra em 1964, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e outros órgãos com o objetivo de promover a Reforma Agrária.

No entanto, frente à ineficiência governamental, à pressão e ao crescimento dos latifúndios, onde a produção é cada vez mais caracterizada pela agricultura mecanizada e voltada para a exportação, agravando o desemprego no campo e na cidade, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, apoiado por outros segmentos da sociedade, para promover uma ruptura sobre o domínio da terra no país, e assegurar o direito a terra.

Ao longo desses anos, o MST configura-se como o principal movimento popular do país, com suas ações pela Reforma Agrária e fixação no campo, de milhares de trabalhadores. Neste início de século XXI, vem suscitando uma contra-reação da classe dominante, em grande parte induzida pelas visões tendenciosas dos meios de comunicação em massa, e fortalecida pela ideologia dos latifundiários, principais interessados na manutenção de seus privilégios político-sócio-econômicos.

No Estado de Goiás, foi na década de 1980 que surgiram as primeiras ocupações de terra (MORAES, 1999), e delas surgem os primeiros assentamentos rurais.

Essas ocupações não aconteceram de forma planejada, e se iniciam numa espécie de evolução que passou da pura resistência isolada, em posses antigas, à ocupação devidamente planejada de área previamente escolhidas, sob a orientação de sindicatos, Diocese de Goiás e MST.

Referente ao tema agrário, Oliveira (1999:17) diz que

a particularidade do MST se deve pela recusa à migração, substituída pela luta para ficar, para se encontrar, encontrar com a terra prometida, encontrar com a identidade negada de Sem Terra e por esta negação, se afirmarem como cidadãos em luta contra a concentração de terras, contra o Estado brasileiro, contra o capital mundializado.

Portanto, a atual discussão sobre “modelos e processos” que vem substituir o desenvolvimento segmentado e ambientalmente desagregador de recursos naturais, tem sua matriz numa visão mais holística de vida e de sociedade, perpassando pelo desenvolvimento com equidade social ou desenvolvimento socioambiental.

A partir do acúmulo das organizações de trabalhadores rurais assentados, e as estratégias de planejamento e desenvolvimento das potencialidades da região do entorno do Distrito Federal, baseados na reflexão histórica das premissas referente à adoção de modelos socioambientais de desenvolvimento, realizou-se esta pesquisa em dois assentamentos rurais: Colônia I e Colônia II, situados no Estado de Goiás, na região do Entorno do DF.

Nesse contexto o enfoque para o Ecoturismo se dá por um lado pela capacidade de organização e articulação entre os moradores dessa localidade e entorno, sobretudo com o plano piloto de Brasília, Universidade de Brasília-UnB, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, há portanto nessa localidade uma materialização de esforços voltados para a integração de políticas públicas, e se somadas a outras potencialidades naturais no sentido de a compatibilizar as ações governamentais que busquem a proteção desses recursos associados a participação dos atores locais no desenvolvimento das atividades turísticas.

A conformidade destas ações e políticas já em andamento são perfeitamente compatíveis com as premissas do Ecoturismo, e para os Ministérios do Comércio da Indústria e Turismo e do Meio Ambiente-MICT/MMA, conforme as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo ele é

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

Outros fatores contribuem para o interesse da pesquisa e reflexão quanto à implementação do Ecoturismo nos assentamentos, que somados às articulações interinstitucionais e organizações coletivas entre os moradores do Projeto de Assentamento – PA Colônia I, dizem respeito à diversificação das atividades socioeconômicas a exemplo do grupo de mulheres (em torno de 11) que desenvolvem a produção de artesanatos e se organizam para a produção de alimentos.

Há interesse e disposição das comunidades de levar em frente proposta de um turismo sustentável, a partir do manejo adequado dos recursos naturais e exploração em parceria com Projeto de Assentamento Colônia II, para viabilizar o Ecoturismo baseado na oferta de produtos alimentares, artesanatos, preparação interna e da população do entorno, desenvolver a proteção e infra-estrutura básica junto a alguns atrativos levantados, a geração de serviços e benefícios internos. Na concepção dos entrevistados a atividade poderá contribuir para o fortalecimento de sua representatividade e melhoria das condições de vida dos assentados.

Aliado a estes fatores é a experiência histórica de luta de seus habitantes pela terra, e a incorporação de processos coletivos de produção sustentada, assim como a demonstração de interesse de seus moradores de realizar parceria com habitantes de do Assentamento PA Colônia II, sendo que os moradores de ambos vivenciaram os mesmos processos de resistência e ocupação da terra, pois antes pertenciam a um mesmo acampamento.

São também fatores importantes para a realização da pesquisa os seguintes aspectos favoráveis ao desenvolvimento de atividades de caráter participativo e comunitário:

- Atrativos naturais como cachoeiras, bosques naturais, capacidade de articulação, produção orgânica, artesanatos, comida típica e serviços.
- Existência no local de processos organizativos e de mobilização junto aos assentados;
- Experiência de articulação e o apoio de instituições de pesquisa e educação como a Universidade de Brasília (UnB), INCRA-PRONERA, e Escola Agrotécnica Estadual de Unaí-MG, no desenvolvimento de projeto voltado para a capacitação de alunos e monitores do assentamento Colônia I;

- Articulação e apoio de instituições de pesquisa e de assistência técnica, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA- Cerrados e Empresa de assistência técnica e extensão rural - Emater;
- Implementação de atividades por meio de linhas de créditos e Programas de capacitação do Ministério do Trabalho;
- Estabelecimento de parcerias com instituições que atuam com a implementação de programas voltado para a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais, como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- Desenvolvimento de atividades produtivas de caráter coletivo, como a horta orgânica, viveiro florestal e centro comunitário;
- Criação do grupo Vida e Preservação voltado para a produção sustentável;
- Relação com o público consumidor, por meio da realização de feiras livres de produtos alimentícios;
- Recepção de grupos de visitantes no local do assentamento;
- Proximidades com o centro comercial de Brasília;
- Mudanças de hábitos e comportamentos demonstrados pela comunidade.

Esses fatores e as ações pró-ativas para ampliar as parcerias junto aos órgãos governamentais nas esferas municipal, distrital e federal, e junto a outras instituições de apoio, que poderão potencializar suas iniciativas, constituem-se em “ferramentas” valiosas para viabilizar seus planos e dar concretude aos seus projetos, podendo até influenciar e estimular a adoção de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento socioambiental nos níveis local e regional.

Com base em todos os aspectos acima mencionados espera-se que a pesquisa contribua para o planejamento e a implementação de estratégias conjuntas voltadas ao desenvolvimento de atividades ecoturísticas nessas comunidades.

O Assentamento Colônia I

O sonho que a gente sempre gosta de realizar é um sonho assim, que eu tenho em mente desde quando a gente entrou aqui: é o Ecoturismo. Eu queria que isso melhorasse, a gente gostaria de mostrar, ter oportunidade de sentar e contar a nossa história... Mostrar a cerca da preservação da natureza e tudo... (Valdemir S. Veloso, reside no Assentamento Colônia I).

História e experiências vividas

O Projeto de Assentamento PA Colônia I está inserido na Área de Proteção Ambiental do Lago do Descoberto, e se encontra no quadrante geográfico 15°36'59" por 15°35'29" de latitude Sul e 48°15'07" por 48° 17'25" de longitude WGr. Criado oficialmente em 1996, está localizado no Município de Padre Bernardo-GO, nas proximidades do povoado de Monte Alto, a 15 KM de Brazlândia- DF, a 80 KM de Brasília, inse-

rido na área de Proteção Ambiental- APA do Descoberto.

Possui características e problemas estruturais semelhantes aos dos demais assentamentos da região e do país, como as deficiências das ações voltadas para os setores básicos, como saúde, educação, transporte, abastecimento d'água e fragilidade dos programas de apoio à produção rural.

No entanto, a localidade apresenta as potencialidades já identificadas no município, com algumas peculiaridades, como a facilidade de acesso, a beleza cênica dos recursos naturais existentes dentro da área dos assentados, com inúmeras cachoeiras, escarpas dos morros, mirantes, trilhas, nascentes, mata ciliar e a biodiversidade do cerrado. Outros pontos positivos, como a diversidade de produtos turísticos, a produção orgânica, o artesanato e a alimentação natural, são também relevantes no processo e devem ser agregados aos atrativos anteriormente mencionados.

O assentamento das famílias nessa localidade é consequência da trajetória de vários trabalhadores que, desde 1994, se mobilizam, se deslocam e resistem nos acampamentos. Primeiramente as 100 famílias que integravam esse movimento, acamparam na Fazenda Imperial, de onde foram despejados. Em seguida se estabeleceram na localidade conhecida com Chapadinha, no Município de Brazlândia.

O Assentamento Colônia I é hoje formado por 24 famílias, as áreas dos lotes variam de 16,5 a 24 hectares, sendo de 560,5 hectares, a área total do assentamento. Desse total 3,4 hectares foram destinados para uso coletivo e 159 hectares correspondem à área de preservação permanente. Para cada lote foi destinada a área de reserva legal.

Em 1996 é criada a Associação dos Produtores do Projeto Colônia I (APPC), com objetivo de realizar a organização social, a captação, distribuição e o controle do crédito rural da época - O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), prestar assistência, defender e representar legalmente a comunidade junto aos órgãos competentes.

As práticas produtivas adotadas no Colônia I, na sua primeira experiência de aplicação de recursos financeiros do PROCERA, não fora diferentes do que normalmente se adota país afora: padronização das culturas a serem implantadas, a convencionalidade dos conhecimentos e da assistência técnica, uniformização do solo, e desconsideração das relações familiares e de trabalho.

Mediante orientação da assistência técnica, todos os parceiros adotaram um mesmo módulo de produção de cana-de-açúcar, capim, mandioca e criação de gado de leite. Como o esperado, nem a produção nem o crédito viabilizaram melhorias para a comunidade; pelo contrário, gerou conflitos, dívidas e frustrações.

Em 2001 por meio do Programa Nacional de Geração de Renda - PRONAGER foram formados grupos para o trabalho coletivo, sendo tomadas algumas iniciativas de caráter organizativo e gerencial, formação de cooperativas, a partir da execução de projetos de suinocultura, piscicultura, criação de galhas, produção de defumados e plantio de maracujá. Nesse Programa foram ministrados cursos voltados para produção de composto, produção de mudas, administração e gerenciamento do viveiro florestal comunitário, curso de cooperativismo, curso de horta orgânica, elaboração de projeto, oficinas de artesanatos e produção de brinquedos com uso de lixo reciclado.

Diversos fatores adversos, no entanto, produziram resultados pouco satisfatórios para esse programa.

Caracterização socioambiental

A região onde se localiza o Assentamento predomina o relevo acidentado, com a ocorrência de escarpas de morros e montanhas, de vegetação remanescente do cerrado, como também gramíneas e vegetação rupestre, que proporciona uma beleza cênica peculiar ao lugar. Esses lugares que apresentam maiores declividades, e são considerados ambientes de maior fragilidade e susceptibilidade a processos de degradação ambiental, foram destinados a Reserva legal do assentamento, correspondendo a 159 ha.

No entanto, face aos sistemas de produção agropecuária adotados no período anterior à desapropriação das terras destinadas ao assentamento, propiciou-se a perda de boa parte da vegetação nativa, a redução da biodiversidade, o desencadeamento de processos erosivos, a degradação das áreas que eram destinadas a pastagens, a retirada de madeira das matas ciliares com impactos negativos às nascentes e aos recursos hídricos.

Tais fatores devem-se a pouca vegetação protegendo o solo e a construção da estrada principal que liga o assentamento à cidade de Padre Bernardo. A falta de vegetação nativa na área vem provocando impactos diretamente relacionados aos recursos hídricos e ao abastecimento do lençol freático, uma vez que a ausência de cobertura vegetal e a compactação impede sua penetração no solo. Contribuindo para a formação de enxurradas responsáveis pelas erosões na localidade.

Outro fator negativo diz respeito à construção da estrada GO 425, que liga Brazlândia a Padre Bernardo, sem o devido planejamento, como a falta de instalação de obras de contenção, como as bacias e canais de escoamento e reflorestamento das áreas de empréstimos e margens da estrada, contribuindo para agravar os processos erosivos já mencionados acima.

Ainda referente à herança deixada pelo modelo de produção perverso aos recursos ambientais existentes no local, há manejo inadequado dos rebanhos, com criação extensiva de bovinos, causando a compactação e perda da fertilidade do solo, desmatamentos, o uso do fogo para a “renovação” de pastagens, e o comprometimento dos recursos hídricos. Não há rios ou córregos cortando o assentamento. A existência de algumas nascentes nas áreas de preservação permanente não assegura o abastecimento de água potável e o seu uso na produção, visto a sua localização predominante nas áreas de maior declividade em altitudes inferiores às áreas cultivadas.

Com vistas a resolver a situação de precariedade no abastecimento d'água para as famílias, e com o pouco apoio financeiro por meio do crédito de instalação, concedido pelo INCRA, muitos assentados construíram cisternas para assegurar o fornecimento d'água a suas casas e a irrigação dos plantios.

Por outro lado, nesse período constata-se uma frustração, à medida que alguns

dos moradores vão vender sua mão de obra nas propriedades rurais vizinhas ou mesmo nas cidades do entorno, como consequência do insucesso das ações produtivas apoiadas pelas iniciativas governamentais, teoricamente voltadas para promover as mudanças e assegurar melhorias nos serviços básicos e de melhorias de vida dos assentados.

Visto as experiências adquiridas no desenvolvimento das atividades produtivas no ano de 2001, os associados e os diretores percebem a necessidade de implementar mudanças e inserir novos critérios em sua organização social, inicialmente voltado para fortalecer o cooperativismo, e buscar o fortalecimento institucional da Associação.

Parcerias e os avanços no fortalecimento institucional

A estratégia de fortalecimento da APPC está diretamente vinculada à visão de ampliar a representação política dos assentados junto aos órgãos gestores de políticas públicas e de programas governamentais. Nesse sentido, são buscadas novas parcerias, e o diálogo com outras instituições que tenham experiência na implementação de processos sócio-educativos-ambientais.

No período de 1999 a 2001, por meio de uma parceria entre o GTRA/UNB, Embrapa Cerrados, INCRA, e o Instituto Interamericano para a Cooperação na Agricultura (IICA) foi realizado sob a coordenação do GTRA e da Faculdade de Educação da UNB, o Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária- EDUCAMP, sendo que o diálogo entre essas instituições e as famílias assentadas possibilitou a capacitação de dois moradores do assentamento Colônia I.

Como resultado da metodologia adotada no curso, que permitiu disseminar os conhecimentos e a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos, promovendo a discussão e o levantamento sócio-ambiental do assentamento, foi possível visualizar saídas e a implementação de ações com vistas a incrementar a produção, a recuperação de áreas degradadas e a diversificação das atividades produtivas por meio de tecnologias e práticas conservacionistas.

Outros aspectos que configuram amadurecimento da comunidade estão diretamente relacionados às parcerias entre os assentados e instituições de apoio e capacitação de monitores, por meio do curso EDUCAMP, e à ampliação do diálogo junto a outras instituições, com vistas a promover e desencadear processos nas áreas de formação e produção sustentada.

Nessa dimensão onde a participação dos atores locais acontece sob a ótica da interdisciplinaridade das ações desenvolvidas, a Educação Ambiental permeia os projetos em desenvolvimento nessa localidade, o que demonstra ser uma ferramenta de extrema importância na implementação de processos do desenvolvimento socio-ambiental na região.

A Educação Ambiental é um campo aberto ao trabalho interdisciplinar necessário à construção do conhecimento coletivo, que consegue integrar atores sociais, natureza e cultura, instrumentalizando a ação transformadora (MARTINS; MELLO, 1993).

Nesse sentido, a Educação Ambiental possibilita a mudança de comportamento dos envolvidos no processo, onde poderá ser valorizada a conservação dos recursos naturais existentes nas suas localidades, aperfeiçoando os mecanismos de parcerias locais, a participação comunitária, o gerenciamento de empreendimentos, o controle, a regulamentação e a gestão dos recursos naturais de “uso comum”, numa perspectiva do compromisso permanente desses atores em torno de um projeto turístico sustentável e de longo prazo.

Nesse processo é visível o fortalecimento da organização dos assentados. Por exemplo, após o curso anteriormente mencionado, os dois alunos do assentamento do Colônia I foram eleitos para ocupar cargos da diretoria da APPC.

Nesse sentido cresce a mobilização entre os associados da APPC, com o intuito de promover a reformulação do estatuto dessa organização, com vistas a ampliar seu espectro de atuação. É visível a ampliação do espectro sócio-político-econômico de atuação das famílias assentadas na reformulação do estatuto. Dentre eles, os mecanismos criados para garantir uma maior participação dos moradores, fortalecimento interno, trocas de experiências, parcerias e diversificação de atividades concebidas na ótica da sustentabilidade.

A partir da inclusão da previsão de compromissos dos assentados do Colônia I, na adoção de medidas voltadas para a recuperação de áreas degradadas e a proteção dos recursos hídricos na APA do Descoberto, tem se estabelecido o diálogo entre a Associação e a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para implementar parcerias no âmbito do Programa de Medidas Alternativas aplicado aos infratores dos crimes ambientais praticados no DF.

Em meados de 2002, a APPC capta recursos para o projeto *Educando para a Sustentabilidade: Hortas Orgânicas e Viveiro Florestal Comunitário como instrumentos de recuperação e preservação ambiental*, de organização social e geração de renda para as famílias do assentamento. Doze famílias das vinte e quatro famílias do assentamento, em fevereiro de 2003, fundaram com esses recursos o Grupo Vida e Preservação, que possibilitou o desenvolvimento de experiências na implementação de processos coletivos, que buscaram a sustentabilidade, como a adoção de práticas voltadas para o alcance de avanços e melhorias sócio-ambientais no assentamento.

O desenvolvimento desse projeto coletivo e a sua gestão por meio de premissas sustentáveis têm contribuído para fortalecer o cooperativismo, a solidariedade entre os moradores, apontando uma perspectiva de futuro, focada no âmbito do desenvolvimento local sustentável, a ser implementado mediante processos que se configuram em mudanças intrínsecas às comunidades, assim como busca a geração de benefícios locais e coletivos.

Metodologia

A escolha dos temas e indagações realizadas nas entrevistas com os moradores dos dois assentamentos surgiu do diálogo com alguns moradores desses assentamentos, que demonstraram o interesse de implementarem parcerias com vistas a viabilizar atividades conjuntas de Ecoturismo e potencializar as ações afins. No assentamento Colônia I, eventualmente já há as famílias que recebem para visita de grupos de estudantes da Universidade de Brasília, interessados em conhecer a produção da comunitária da horta e do viveiro florestal, a adoção de práticas sustentáveis, como a produção de, biofertilizantes, a produção do composto orgânico, o reflorestamento de áreas degradadas por meio do plantio de espécies nativas consorciado com leguminosas, e a produção do adubo natural a partir do aproveitamento de dejetos animais e vegetais- o composto orgânico.

Numa primeira etapa da pesquisa, foi feita a análise dos projetos e relatórios produzidos pela equipe que compõem o GTRA/UNB que atua junto às famílias do assentamento Colônia I. Esses documentos foram importantes para a compreensão do estudo e contribuíram para nortear os temas abordados na pesquisa de campo.

Com apoio do presidente da APPC, foram realizadas algumas visitas técnicas aos assentamentos e a partir de então se estabeleceu o diálogo com a comunidade dos assentamentos Colônia I e Colônia II, onde foi demonstrado o interesse e abertura para a discussão e reflexão referente às possibilidades de incrementar os processos produtivos e desenvolver atividades ecoturísticas, visto as especificidades e potencialidade existentes nessas localidades. Alguns depoimentos referentes às ações e projetos em desenvolvimento e a expectativa de incrementar os processos sustentáveis, reforçaram o interesse pela realização dessa pesquisa.

Procedeu-se a investigação por meio de questionário semi-estruturado a contento perguntas com vistas a levantar a percepção dos moradores sobre as atividades ecoturísticas, e identificar alguns aspectos referentes aos benefícios sócio-ambientais, participação da comunidade, fortalecimento do processo organizacional, fragilidades, preocupações com a implementação do Ecoturismo e a continuidade do diálogo das comunidades entre si e com técnicos e instituições parceiras.

Os temas e questões abordadas no questionário foram estruturados em perguntas diretas, opcional e indagações com alternativas de respostas, divididas em três blocos:

A) Dados do Entrevistado: relacionado aos aspectos voltados para o reconhecimento e situação pessoal dos moradores, sendo as abordagens referentes à participação dos assentados, nos processos de que deram origem aos assentamentos, escolaridade, atividades trabalhadas e inserção sócio-ambiental;

B) O Turismo e o Ecoturismo: relacionado à percepção e ao entendimento pessoal dos entrevistados referente a esses temas;

C) Perguntas para coleta de dados e informações que poderão possibilitar o incremento dos projetos produtivos, dos trabalhos já desenvolvidos pelos assentados na recepção e condução de grupos de alunos visitantes, bem como potencializar as práticas sustentáveis desenvolvidas, sobretudo subsidiar o planejamento sistêmico das atividades realizadas pelas famílias assentadas, assim como contribuir para a incorporação das atividades ecoturísticas, com vistas a ampliar a diversidade das atividades na perspectiva do crescimento socioambiental, e inseridas numa visão estratégica de desenvolvimento local sustentável.

O questionário foi aplicado para 11 pessoas, sendo 6 entrevistados do Assentamento Colônia I e 5 do PA Colônia II. Visto a significativa inserção dos homens e mulheres que atuam nos trabalhos desenvolvidos, as perguntas não se limitaram apenas aqueles que trabalham nos projetos coletivos, ainda que 5 dos entrevistados do assentamento Colônia I fizessem parte do Grupo e Vida e Preservação, formado por 12 famílias que desenvolvem o projeto *Educando para a Sustentabilidade: Hortas Orgânicas e Viveiro Florestal Comunitário*. Todos os entrevistados participam da Associação dos Produtores do Projeto Colônia I - APPC.

Quanto aos 5 assentados do PA Colônia II, 3 são produtores orgânicos, os outros 2 depoimentos são de moradores que desenvolvem atividades produtivas convencionais, sendo que um tem suas atividades voltadas para o cultivo de frutíferas, horta e a criação de animais e outro entrevistado tem suas atividades voltadas para a criação de animais de pequeno porte. Todos são sócios da Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Colônia II.

Nos dois assentamentos não houve um planejamento prévio para a aplicação do questionário, sendo o mesmo aplicado conforme as indicações dos próprios moradores, o interesse e a disponibilidade de tempo dos assentados para o diálogo, no momento das visitas aos assentamentos.

O tempo de duração da aplicação dos questionários durou em média 50 minutos, e buscou-se agregar informações pertinentes aos temas abordados nas entrevistas, considerando as observações dos assentados quanto aos problemas referentes a infra-estrutura, como a necessidade de buscar soluções para o abastecimento de água potável, e a preocupação levantada por alguns assentados, no sentido de ampliar a conscientização e o desenvolvimento do trabalho de Educação Ambiental junto a produtores hortifrutigranjeiros que são abastecidos a montante, pelo mesmo córrego que forma as cachoeiras do Colônia II, bem como foi abordado a necessidade de estendê-lo ao povoado de Monte Alto e à comunidade de Padre Bernardo.

Discussão dos resultados

As respostas às indagações que serão mencionadas abaixo, correspondem ao universo de entrevistados (11), independente do local onde reside o entrevistado. Como forma de contribuir para o enriquecimento da discussão dos resultados da pesqui-

sa, serão consideradas as outras opções de respostas surgidas e argumentos referentes ao temas apresentados durante as entrevistas.

Como já mencionado o primeiro bloco de perguntas trata-se do levantamento de dados para conhecer a inserção de cada entrevistado no seu assentamento e perante a comunidade, como ele organiza sua produção, seu envolvimento na origem do processo de ocupação daquele espaço, e levantar aspectos referente a sua sustentabilidade e a perspectiva de futuro.

Os dados que serão mencionados a seguir se referem às respostas das indagações feitas no roteiro, nesse sentido se constitui numa primeira abordagem quantitativa, sem o aprofundamento qualitativo das respostas.

Em relação à origem dos assentados, dos 11 entrevistados, todos afirmaram ser procedentes do meio rural, sendo que 2 afirmaram ter passado por experiência de trabalho na cidade; um trabalhou no comércio e outro como marceneiro. Todos os entrevistados são moradores e desenvolvem atividades produtivas no respectivo assentamento. Apenas 1 tem a família morando na cidade de Brazlândia.

A faixa etária da maioria dos entrevistados varia de 31 a 40 e de 51 a 60, num total de 8. A maioria declarou que estudou até o 1º grau incompleto, e apenas 1 dos entrevistados está cursando o curso técnico. No entanto demonstraram preocupações com a educação das crianças e dos jovens do assentamento, visto que os mesmos são obrigados a se deslocarem até as cidades vizinhas para estudar.

Com vistas a investir no desenvolvimento das praticas sustentáveis e na capacitação de monitores para atuação junto às famílias assentadas nos assentamentos Colônia I e II, por meio do diálogo entre os assentados e instituições parceiras, 2 jovens do Colônia I, e 1 do Colônia II estão fazendo o curso de *Formação de Técnicos em Agropecuária de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos da Reforma Agrária* pelo sistema de alternância e integrado escola-aluno-comunidade, coordenado GTRA/UnB em parceria com a Escola Agrotécnica de Unai e EMBRAPA, com recursos financeiros do Programa Nacional de Educação em assentamentos do Programa de Reforma Agrária - PRONERA.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados, 44% dos entrevistados são membros do Grupo Vida e Preservação-Colônia I, e desenvolvem a produção orgânica e comunitária de hortaliças e mudas para reflorestamento de áreas degradadas, cerca de 36% desenvolvem a criação de animais (gado, galinha), sendo que 10% correspondem às três mulheres entrevistadas, sendo que dessas duas do PA Colônia I participam do grupo de mulheres, desenvolvendo atividades relacionadas a produção e fornecimento de alimentos orgânicos e naturais, a grupos de visitantes ao assentamento e para encontros/seminários externos. A construção do espaço comunitário apoiado pelo Projeto-Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado-CMBBC, incrementou as atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres.

A renda obtida pelas atividades econômicas varia de ½ a 01 salário mínimo, 1 entrevistado manifestou renda superior a 2 salários mínimos.

No segundo bloco as perguntas foram direcionadas a levantar a compreensão e o conhecimento empírico dos assentados referente ao turismo e ao Ecoturismo, com

vistas a diagnosticar a concepção dos mesmos referentes às variáveis intrínsecas a essas atividades, se e quais estariam sendo mencionadas ou relacionadas com esses temas. Pretendia-se, também, diagnosticar se há uma percepção de diferenciação entre as práticas convencionais do turismo, e formas de condução e gestão dessa atividade. Outro item de interesse era o questionamento se havia uma compreensão dos entrevistados referente ao aspecto da relação da atividade ecoturística com a geração de benefícios para a comunidade.

Portanto, do total dos entrevistados, 10 assentados responderam afirmativamente que sabiam o que é turismo, e explicitaram suas compreensões sobre o tema de maneira clara e significativa. Em relação à pergunta se sabiam o que é Ecoturismo, mais de 70% dos entrevistados em resposta afirmativa associaram a atividade com a natureza, e cuidados com o meio ambiente e o restante dos entrevistados não conseguiu verbalizar idéias a respeito da pergunta, o que não significa que não tem ideias de como pode se desenvolver essa atividade.

Referente ao terceiro e último bloco, o foco das perguntas está diretamente relacionado com a comunidade, nos aspectos de mudanças e influências no comportamento dos moradores, geração de atividades novas, benefícios e problemas gerados, preparação da comunidade e cuidados a serem tomados, e aborda aspectos considerados importantes para a atividade, como o planejamento, organização, participação e integração entre os dois assentamentos, aborda questões relacionadas aos atrativos e potencialidades da localidade, parcerias e apoio na implementação das atividades ecoturísticas.

Um primeiro aspecto, que pode ser considerado relevante e contribuir na discussão dos resultados obtidos com a pesquisa, é referente à origem rural das famílias assentadas, assim como o fato dos residentes nos dois assentamentos terem originalmente pertencido a um mesmo grupo, que iniciou o processo de luta pela terra desde o ano de 1995. Esse componente histórico é um fator de agregação entre os assentados e potencializa os interesses comuns, no sentido da implementação de projetos e atividades econômicas sustentáveis, dentro dos princípios de inserção participativa das comunidades envolvidas.

Em relação às famílias assentadas, as entrevistas indicaram uma situação diferente quando se analisa o aspecto da posse da terra em cada um dos dois Projetos de Assentamento. No Colônia I, permanecem os mesmos proprietários dos lotes, enquanto no Colônia II, do total dos 24 famílias assentadas no início do Projeto, menos de 50% ainda mantêm a posse de suas áreas.

Além dos fatores externos, como a especulação imobiliária do entorno, a ineficácia das políticas públicas para os assentados, há que se considerar outros fatores que evidenciam a diferença dessas duas realidades. Um diz respeito ao fortalecimento do processo organizativo, que vem contribuindo significativamente para a consolidação das atividades econômicas das famílias do PA Colônia I, onde se percebe a inversão do êxodo rural, ou seja, o retorno de mão de obra para as atividades produtivas do assentamento.

Nessa perspectiva a discussão referente ao incremento dos processos em curso e a existência de conflitos específicos em cada um dos assentamentos, deverá ir além dos “interesses comuns”, mas sim pelo viés do estabelecimento de critérios participativos, onde os atores locais atuam como sujeitos legítimos, nas diferentes etapas da implementação de projetos coletivos, ou seja, na concepção, planejamento e execução dos mesmos.

Em relação às atividades econômicas, é bastante representativa a posição assumida pelos produtores orgânicos constatada nos dois assentamentos, que se configuram como catalisadores dos processos, sobretudo por meio das parcerias já implementada pelo Grupo Vida e Preservação que, desde a sua fundação em 2002, vem ampliando as parcerias e permitindo o desenvolvimento de experiências de trabalho coletivo na comunidade e o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

A experiência de gestão coletiva, planejamento, contato com a sociedade consumidora de seus produtos e a visibilidade das ações e projetos desenvolvidos no assentamento Colônia I são fatores que se agregam ao amadurecimento de seus moradores na implementação de parcerias e na diversificação de suas atividades produtivas e geradoras de sustentabilidade.

Por meio das entrevistas com alguns moradores do Colônia II, percebe-se que eles valorizam o processo vivido pelos assentados do Colônia I, e reconhecem a importância das parcerias e articulações já desenvolvidas, esse entendimento reforça o interesse de estabelecer parceria com essa comunidade, na implementação das atividades turísticas.

Em relação à percepção dos entrevistados quanto aos conceitos e formulações referentes o turismo e ao Ecoturismo, as impressões estão ligadas ao lazer, ou associadas aos aspectos referentes à natureza. Há que se considerar que as perguntas também não foram direcionadas ou aprofundadas para uma abordagem mais ampla que a atividade ecoturística prescinde, como a participação dos atores envolvidos, gestão, controle, e a geração de benefícios socioambientais. Nesse sentido, a implementação de parcerias e de projetos sustentáveis, requer fundamentalmente o aprofundamento dos aspectos conceituais e metodológicos referentes às ações que serão planejadas.

Quando perguntados se gostariam de ter turistas visitando a comunidade ou a região, 100% responderam que sim. Para a maioria, o turismo traria renda, mais lazer, mais união, fortaleceria a produção e possibilitaria a troca de conhecimentos. Essa posição fica clara no depoimento de um dos assentados: “já temos visitas de alunos da UNB e podemos passar muitas coisas que sabemos sobre as plantas do cerrado” .

Referente aos cuidados e preparação da comunidade para o desenvolvimento de atividades turísticas, 100% dos entrevistados manifestou-se pela necessidade de capacitação e preparação dos assentados para novas atividades, assim como a necessidade de se investir na segurança dos visitantes e dos moradores, a produção e o fornecimento de alimentos saudáveis, e o desenvolvimento de atividades educativas para evitar lixo nos mananciais, nascentes e cachoeiras.

Em relação a esse aspecto, foi mencionada a importância de se trabalhar junto às escolas do povoado de Monte Alto, bem como desenvolver um trabalho junto às

autoridades locais para a devida destinação do lixo. O fato desse local não contar com a coleta e destinação adequada do lixo, tem provocado o escoamento para os rios e nascentes existentes no assentamento Colônia II e mediações, por meio da enxurrada causada pelas águas das chuvas.

Foi mencionada, por alguns dos entrevistados, a importância e a necessidade de realizar trabalhos educativos, junto aos produtores de hortaliças das áreas limítrofes aos assentamentos, sobretudo, no assentamento Colônia II. Alguns desses agricultores estão situados a montante do assentamento, e fazem o uso da água do córrego olho d'água para a irrigação de seus plantios, o mesmo manancial que forma as cachoeiras, principais atrativos turísticos da região.

Demonstrando a necessidade da comunidade se precaver e tomar alguns cuidados para a recepção de visitantes, um dos entrevistados revela que: *“O turismo depende de infraestrutura adequada, de pessoal de apoio como seguranças, guardas e guias, visto que não se pode receber turistas de qualquer jeito”*.

Quanto aos aspectos relacionados diretamente aos benefícios socioeconômicos, a totalidade dos entrevistados afirmou que as ações voltadas para o turismo trarão ganhos como a diversificação das atividades, aumento de renda, geração de novos empregos, mais locais para o lazer da comunidade, e melhoria da infra-estrutura básica. Aparece na pesquisa uma associação entre a atividade turística e a produção orgânica.

Em relação às atividades/empregos/serviços provenientes da implementação do Ecoturismo, 72% dos entrevistados afirmou que atividade geraria emprego referente a gerência e administração. Em relação aos serviços de manutenção e limpeza, 63% acredita na geração de empregos nas áreas de atendimento ao turista, como cozinheiro(a), e artesão, sendo mencionadas outras atividades que poderão ser desenvolvidas, como a de segurança e de guias.

Na discussão dos benefícios trazidos pelo turismo, as respostas apontam para os aspectos positivos da atividade, como contribuir com a conservação da natureza, ajudar no processo organizativo dos assentados, aspectos educativos junto aos moradores e visitantes, maior divulgação e conhecimento da produção e do consumo de produtos ecológicos.

Uma parte significativa dos entrevistados afirmou que a atividade poderá contribuir para a permanência dos assentados. Este aspecto levantado pelos entrevistados é um bom argumento para que se possa incrementar as iniciativas de apoio aos projetos sustentáveis, podendo também constituir-se em um forte argumento de discussão junto aos órgãos governamentais, no sentido de sensibilizá-los para a implementação de políticas públicas e programas voltados para a diversificação das atividades socioeconômicas e sustentáveis nos assentamentos rurais.

Quanto aos problemas surgidos com a implementação do turismo, a grande maioria respondeu que poderiam ser evitados. *“Se for colocado de forma direcionada junto às escolas, não vejo problema”*.

Nesse mesmo item, em outro depoimento, percebe-se a visão estratégica e de planejamento, e a importância de se realizar trabalhos educativos: *“Depende do que e*

como você vai tocar o turismo;, se for feito de maneira não agressiva não traria problemas, colocando cartazes educativos nas entradas” .

Foi levantada a possibilidade de desenvolver campanhas e realizar trabalhos educativos para prevenção do fogo no cerrado. Esse aspecto evidencia o potencial das atividades turísticas em proporcionar a Educação Ambiental aos visitantes, e à população local, divulgando as práticas ecológicas e incrementando as atividades voltadas para a revitalização das áreas degradadas inseridas na APA do Descoberto.

Em menor grau de representação, porém importante para a reflexão da pesquisa e para o planejamento das ações voltadas para o desenvolvimento do Ecoturismo, foram apontados alguns aspectos negativos: barulho (2 entrevistados), problemas com o lixo nos atrativos (3), aumento do valor da terra (2), venda de lotes (2), violência (2), intranquilidade (2) e problemas de drogas (1).

Quanto aos locais mais visitados pelas pessoas das comunidades, 72% disseram que as cachoeiras existentes no assentamento Colônia II são os lugares preferenciais para visitas. Na sequência, são apontados como lugares preferidos por 03 entrevistados cada um, os atrativos existentes na Reserva Legal, como os montanhas e morros, as matas ciliares, minas e madeiras, havendo uma citação para a gruta, e áreas de nascentes.

...chamar esses outros companheiros que estão fora, trazer eles todos para cá, para olhar para isso, aqui não tem coisa mais linda que o cerrado. O cerrado te dá uma vontade de viver, você vê aquelas madeiras retorcidas, obra da natureza, você vê madeira que é uma obra de arte, isso dá um ânimo, vontade de reflorestar.. (Teobaldo Rocha, morador do assentamento Colônia I).

Além desses lugares, foram mencionados outros aspectos relevantes que podem potencializar as atividades turísticas, como a existência na região de araras que se reproduzem nas montanhas, de emas, de seriemas e de uma significativa diversidade de pássaros.

Em relação aos produtos que poderão ser oferecidos, 100% dos entrevistados se referiram ao artesanato, seguido pela oferta de alimentos, como os produtos orgânicos, doces, quitandas, representando 45% das entrevistas. As manifestações culturais, sobretudo a dança goiana do catira, a religiosa como a folia de reis, representando 35% dos entrevistados, e houve uma citação referente aos frutos do cerrado e plantas medicinais.

Sobre a participação dos entrevistados na implementação do turismo na comunidade, 10 entrevistados responderam que se estimulariam com a atividade, manifestando apoio e desejo de participação, disponibilizando suas plantações para a visitação, incentivando a divisão do trabalho, participando do processo e fortalecendo o diálogo entre os demais assentados. Um entrevistado residente no assentamento Colônia II preferiu não opinar, visto não estar convencido que a atividade possa ser desenvolvida com “*garantia de segurança e organização*”. Evidentemente a implementação de Ecoturismo de base comunitária não obedece apenas aos fatores internos da co-

munidade. O sucesso das atividades prescinde da participação de atores externos às comunidades, e o estabelecimento de políticas públicas no âmbito das administrações nas esferas, federal, regional e local, incentivadoras desses processos.

Outro aspecto levantado no roteiro foi referente à percepção dos entrevistados sobre quem deveria fazer o planejamento do turismo. A unanimidade (11 entrevistados) acredita que o mesmo deveria ser feito pela associação. Além disso, 10 opinaram que o planejamento deveria ser feito pelos moradores e 08 que o mesmo deveria contar com o apoio de pessoas de fora.

Para o Ecoturismo de base comunitária, a participação dos moradores locais é premissa para assegurar a legitimidade, e representatividade e o sucesso nas ações do projeto. Por sua vez o estabelecimento de parcerias é um instrumento capaz de viabilizar ações (MITRAUD, 2003:382).

Quanto aos atrativos naturais que poderiam ser mais trabalhados nas atividades turísticas, foram citados, por ordem: as cachoeiras (9 entrevistados); trilhas (8); mirantes nos morros (6); e floresta (6). Foi mencionada a horta orgânica como local a ser visitado, e sugeridas algumas modalidades de turismo de aventura, como o rapel e a tirolesa, bem como foi levantado a possibilidade de incluir a cavalgada e o passeios conduzidos por carroças.

Em relação aos tipos de apoio demandados aos moradores para desenvolver as atividades turísticas, 100% afirmou a necessidade de capacitação, de apoio com recursos financeiros e de melhorias de infra-estrutura, como estradas, transporte, energia elétrica, e infraestrutura com banheiros. Foi explicitada a necessidade de apoio para viabilizar a visita de uma comissão de residentes das comunidades a locais que já desenvolvem atividades ecoturísticas. Outro aspecto mencionado diz respeito, ao estabelecimento de parcerias entre os assentados e instituições com experiências na execução de propostas sustentáveis com vistas a subsidiar as discussões e o planejamento e elaboração de projetos turísticos a ser implementados pelos assentados.

Outros aspectos levantados dizem respeito aos comportamentos sociais, como disciplina, a união, o controle dos recursos e a proteção das belezas naturais, o fortalecimento e o reconhecimento da legitimidade dos processos históricos vividos pelos assentados, a ampliação de sua representação política, e a geração de benefícios socioambientais próprios e para a sociedade em geral.

Considerações finais

Os processos organizativos dos assentados estão contribuindo para o fortalecimento do capital social local, que se configura pelo fortalecimento dos canais de diálogos com as instituições de apoio e atores locais, que certamente irão fortalecer as políticas e projetos voltados para a implementação de atividades turísticas sustentáveis.

Obviamente, para se colocar em prática as ações apontadas pela pesquisa, faz-se necessário, num primeiro momento, a definição de agendas participativas que con-

templem o envolvimento dos atores internos e externos, e a identificação dos parceiros das esferas regional e federal, no processo de planejamento, elaboração, execução, e avaliação dos projetos que possam ser implementados pelas comunidades.

É visível a percepção dos entrevistados que, se bem planejadas, as atividades turísticas constituirão em ferramentas a serem utilizadas na organização da comunidade, fortalecendo laços familiares e resgatando para dentro do assentamento os trabalhadores que necessitavam sair para trabalhar fora de sua parcela de terra.

Portanto, em diferentes momentos da pesquisa, a perspectiva apresentada pelos assentados ultrapassa a mera visão limitada dos benefícios econômicos a serem gerados pela atividade, não só refletidos sob a ótica da diversificação das atividades, ou da geração de emprego e renda. Nota-se uma percepção clara refletida sob a necessidade de implementar processos que dão uma maior amplitude e visibilidade de atuação das organizações representativas dos assentados. Nessa perspectiva há um visível crescimento e amadurecimento da atuação da Associação dos Produtores do projeto de Colônia I - APPC, que a partir do final de 2002, reformula sua base de atuação e ampliou o leque de representatividade dos seus associados, assegurando o direito ao voto e o de ser votado das mulheres e dos jovens.

Notadamente esse amadurecimento permeia também as parcerias realizadas com as instituições de apoio e de assessoria técnica aos projetos concebidos sob os princípios da sustentabilidade. As indicações da pesquisa são favoráveis ao incremento dos processos organizativos.

O interessante nessa constatação é a percepção das comunidades a respeito de suas potencialidades e visibilidade de sua representação política no âmbito local. Sobre tudo quando as manifestações e as ações praticadas evidenciam a solidariedade mútua, e apontam para a realização de ações e iniciativas comunitárias que não se restringem às cercas internas ou limites geográficos dos assentamentos.

A necessidade de trabalhos de Educação Ambiental junto a população local, são reforçados mediante a argumentação dos assentados, sobretudo junto aos proprietários que estão nas áreas limítrofes ao assentamento, por meio de trabalhos de conscientização.

É muito importante o fortalecimento do diálogo e a predisposição demonstrada entre os assentados em torno de um projeto de Ecoturismo. No entanto, esse desafio nos remete à reflexão sobre a relevância dessa discussão junto à esfera de administração pública municipal e aos movimentos sociais, e organizações setoriais existentes no município e cidades próximas, sobretudo, Padre Bernardo e Brazlândia.

Como já mencionado pela sua história e experiência na implementação dos projetos coletivos e participativos a organização do Grupo Vida e Preservação se apresenta como a catalisadora do fortalecimento institucional dos assentados, constituindo se em um aspecto representativo desse processo, principalmente no se refere às atividades sócio-educativas-econômicas desenvolvidas, assim como pela sua experiência no estabelecimento de parcerias do diálogo junto a outras instituições na esfera federal.

Portanto sob o aspecto da percepção político-organizativa dos assentados levantada nesse trabalho, os desafios prementes às atividades voltadas para o Ecoturismo perpassam não

somente a organização interna dos assentados, mas prescinde da participação de outros atores locais, da capacidade de dar visibilidade a sociedade quanto as suas potencialidades organizativa e de representação política/institucional.

A Importância do processo organizativo no meio rural, associada à realidade dos assentados nos projetos de assentamentos estudados, que configuram o diálogo com diferentes setores da sociedade, são importantes para evidenciar o potencial dessas comunidades frente aos desafios quanto aos recursos naturais e adversidades encontradas pelos mesmos, na implementação de suas atividades produtivas.

Por mais que as condições naturais (solo, relevo, clima), sejam importantes na determinação do desempenho dos assentamentos não são poucos os casos em que os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que ampliou as possibilidades de valorização do trabalho dos trabalhadores rurais residentes nos assentamentos (ABRAMOVAY, 1992:306).

A implementação do Ecoturismo de base comunitária concebida sob ótica do planejamento participativo e de processos desenvolvidos sob as premissas da cooperação e da construção coletiva, constituem-se em importantes ferramentas capazes de influenciar nas dinâmicas das políticas públicas, convencionalmente adotados no meio rural, diferentemente daquelas clientelista e assistencialista, e inibidoras da intervenção cidadã dos produtores familiares.

No entanto, o êxito dos empreendimentos e dos projetos sustentáveis a serem desenvolvidos perpassa o reconhecimento por parte dos assentados de sua importância histórica para a região e para a sociedade, e os mesmos se estabeleçam estrategicamente enquanto capital social visto pelo viés dos avanços conquistados historicamente pelos movimentos sociais, e configura um conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 1996).

Outro aspecto de muita importância no fortalecimento das cooperações e dos arranjos locais, refere-se ao cumprimento do papel do Estado junto às comunidades rurais, no sentido que de fato sejam realizadas as prerrogativas inerentes à cidadania das famílias assentadas, como o direito à saúde, educação e informação, garantindo aos mesmos os bens básicos de consumo, como água potável, energia elétrica, transporte e lazer.

O Ecoturismo embora seja analisado e concebido pela ótica da sustentabilidade, ou do turismo responsável, também ocasiona impactos socioambientais, e por isso, sua execução, prescinde da adoção de algumas premissas básicas, sobretudo, referente ao planejamento, à participação, à organização, e à capacitação dos atores envolvidos, ao respeito às diversidades culturais, e à repartição dos benefícios gerados pela atividade.

Asseguradas aos assentados essas prerrogativas, os mesmos poderão ser reconhecidos e valorizados por meio de seus projetos sustentáveis. E nessa perspectiva poderão fomentar a discussão junto às populações locais, e a sociedade em geral, em

relação aos serviços ambientais prestados a todos por meio da realização de atividades sustentáveis, concebidas e desenvolvidas segundo as premissas da produção de alimentos saudáveis e não poluidora do meio ambiente, pela recuperação e conservação de biodiversidade, dos recursos hídricos e de inclusão social.

Por se tratar de uma proposta ou projeto a ser concebido no espectro do desenvolvimento local sustentável, é imprescindível buscar a eficiência do diálogo entre todos os atores envolvidos.

Os conflitos de interesse resultante do envolvimento de um grande número de atores sociais, portadores de representações e interesses diferenciados, poderiam ser, em princípio, negociados de forma eficiente (VIEIRA; WEBER, 2002:29)

Assim como, a perspectiva da gestão dos recursos naturais que se configuram como “patrimônio comum” para os atores participantes do processo, deverá ser compreendida como condição básica de sobrevivência dos mesmos (VIEIRA; WEBER, 2002).

Em uma proposta de Ecoturismo, onde parte significativa dos atrativos naturais está localizada nas áreas coletivas dos assentados, como nas APPs, Reserva Legal e áreas das Associações, a gestão do seu projeto em longo prazo perpassa necessariamente a adoção de princípios de sustentabilidade, sob o enfoque da atuação solidária entre os atores envolvidos, associada ao estabelecimento de instrumentos educativos, de controle, regulamentação, fiscalização, proteção e conservação dos recursos naturais, sendo esses instrumentos claros e factíveis de serem executados por todos os beneficiários do mesmo.

No entanto, fugindo de uma visão imediatista, o Ecoturismo deve ser concebido a partir de sua importância estratégica no planejamento regional ou global, sem desprezar a necessidade premente de instrumentos e do incremento das políticas públicas já em andamento sendo agregadas ao planejamento participativo das atividades ecoturísticas, espera-se que a partir do estudo ora apresentado, o segundo passo será efetuar um levantamento de problemas que podem dificultar a gestão do Ecoturismo, com o diagnóstico (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) da região a ser trabalhada, os diversos atores da sociedade poderão maximizar as oportunidades e aliar novas propostas segundo as premissas do Ecoturismo participativo de base comunitária viabilizando-o junto aos dois assentamentos pesquisados, a partir das potencialidades gerando novas oportunidades aliadas às atividades socioeconômicas já desenvolvidas.

Segundo Elizabeth Boo, “as ameaças são a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, e as mudanças socioculturais negativas” e para a mesma, no que tange às oportunidades, será a de geração de renda a partir da integração e da diversificação das atividades, por meio da geração de emprego e renda para comunidades envolvidas, o enraizamento da educação ambiental, e o despertar para a consciência socioambientalista entre visitantes e comunidades (BOO, 1999).

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigma do capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOO, E.. O Planejamento Ecoturístico para Áreas Protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo: um Guia para Planejamento e Gestão**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo. 1999

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília, 1994.

FERNANDES, B.M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed; Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARTINS, L.C.; MELLO, M.I.S. **Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Programa Interdisciplinar. Brasília: UNB, 1993.

MORAES, W.V. **Ecoturismo**: um bom negócio com a natureza. Viçosa: UFV, 2000.

MOREIRA, R.J. A pequena produção e a composição orgânica do capital. **Revista de Economia Política**, v.1/3, julho/setembro 1981: pp.41-55.

OLLAGNON, H.,. Une approche patrimoniale de la qualité du milieu naturel. In: MATHIEU N.; JOLLIVET M. (eds). **Du rural à l'environnement, la question de la Nature aujourd'hui**. Paris: L'Harmattan, 1989, pp. 258-268

OLIVEIRA, A.U. **A geografia das lutas no campo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e Democracia**: A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora Fund. Getúlio Vargas, 1996.

MITRAUD, S. (org). **Manual de Ecoturismo de base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 78, 2002, pp. 77-87.

VIEIRA, P.F.; WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: CORTEZ, 3. ed. 2002.

NOTAS

¹ Relembrando um pensamento da época mencionado por Francisco de Julião: “luta pela reforma agrária é a maior questão de todos os séculos e de todos os povos”.

² O movimento dos Agricultores Sem Terra- MASTER, teve o apoio do então governador do Estado, Leonel Brizola, “*que colocou a Brigada Militar para proteger e ajudar os camponeses*”, (VASCONCELOS, 2002:27).

³ Revolução verde, processo mundial, caracterizado principalmente pela “adequação” da agricultura ao modelo industrial, tornando-a empresarial, mecanizada e dependente dos insumos ou “pacotes” agrícolas.

⁴ O MST tem suas bases organizativas, o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais da Comissão Pastoral da Terra- CPT, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e partidos políticos de esquerda, PT, PDT, PSB, PCB e PC do B.

⁵ Segundo o bispo dom Tomás Balduino, presidente da CPT, há no país cerca de 130 mil trabalhadores acampados e falando sobre as pressões sobre “os que já estão assentados”: “Há 67 assentamentos que vivem 11.321 famílias, ameaçadas de despejo”.

⁶ O Brasil é o segundo maior do mundo em concentração fundiária, perdendo apenas para o Paraguai.

⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

⁸ A APA do Descoberto foi criada por meio do Decreto nº 88.940/83, abrange parte do DF e do Município de Padre Bernardo, tem como objetivo principal “proporcionar o bem estar futuro das populações do Distrito Federal e parte do Estado de Goiás, bem como assegurar condições ecológicas satisfatória à represa do mesmo nome”.

⁹ Segundo algumas estimativas relatadas nos documentos pesquisados, cerca de 70 % da área está alterada.

¹⁰ O curso tem como finalidade capacitar os assentados segundo as premissas fundamentais do desenvolvimento sustentável, produção associada à conservação da biodiversidade, distribuição justa de renda e benefícios gerados, segurança alimentar e planejamento participativo.

¹¹ O uso de práticas conservacionistas para a produção de alimentos, requer a adoção de insumos naturais, como adubos orgânicos, controle de pragas e doenças, e a adoção de medidas de prevenção e de proteção do solo, à vegetação e aos recursos hídricos.

¹² Biofertilizantes são efluentes produzidos por meio da mistura de leite, açúcar e esterco animal, que após um tempo de maturação é diluído em água, utilizado na adubação (rico em nitrogênio) e no controle de pragas e doenças das plantas.

¹³ Foram consultados os projetos desenvolvidos pela APPC, em parcerias com outras instituições, tais como o Educando para a Sustentabilidade, coordenado pelo GTRA/UNB, com o apoio financeiro da Petrobrás/Universidade Solidária; Projeto Conservação e Manejo Sustentável do Bioma Cerrado no Assentamento apoiado pelo CMBBC-Embrapa Cerrados/GTRA-UNB, e os relatórios feitos pelos alunos que participam do GTRA/UNB em apoio, assessoria ao PA Colônia I.

¹⁴ A APPC e GTRA e Faculdade de Educação da UNB está discutindo um projeto de criação de uma Escola Familiar Rural em Padre Bernardo.

¹⁵ Na data da entrevista o valor do salário mínimo era de R\$ 240,00

¹⁶ Afirmação do senhor José Vitorino Barros, residente no assentamento Colônia I.

¹⁷ Depoimento feito por Amival Barbosa da Costa, reside no PA Colônia II.

¹⁸ Segundo uma moradora do PA Colônia I, dona Maria Terezinha da Silva as mulheres fizeram cursos para a produção artesanal utilizando cabaças, confecção de forros de mesa, tapete de linha, e reciclagem de materiais.

¹⁹ Para dona Odália Cardoso dos Santos- presidente da Associação dos Assentados do Colônia II, “se há trabalho, há mais organização”.

²⁰ Para José Vitorino Barros, morador do assentamento Colônia I, “os maiores benefícios seria a educação e a fixação dos filhos na terra”.

²¹ Fala do presidente da APPC- João Batista Alves Ribeiro.

²² Palavras do produtor ecológico do assentamento Colônia II- Crismarino Eleutério.

²³ As cachoeiras de maior potencial para o Ecoturismo, estão no córrego olho d’água –bacia do Rio Verde, na área coletiva dos assentados do PA Colônia II, de aproximadamente 24 ha.

²⁴ A gruta segundo uma moradora do assentamento Colônia II fica uma hora partindo das cachoeiras descendo o córrego olho d’água.

²⁵ As mulheres são as responsáveis pela produção de artesanatos e esperam incrementar a produção de alimentos com a construção do espaço multiuso comunitário, que está sendo construído com o apoio do projeto CMBBC.

²⁶ Segundo um entrevistado e morador do assentamento Colônia I, existe nesse local uma diversidade de frutos do cerrado como araticum, pequi, cajuzinho do cerrado, mangaba, jatobá, mama cadela, carriola, bacupari, e uma variedade de plantas medicinais- como pé de perdiz, guaraná.

²⁷ Estando inseridos nesse o espectro, as organizações de trabalhadores e proprietários familiares, de artesãos, de moradores urbanos das proximidades, do comércio, associações de guias turísticos e de empreendedores.

²⁸ Segundo (OLLAGNON,1989), referente a representação dos recursos transapropriativos mediante a categoria de “patrimônio comum”, a ser gerido em bases contratuais.

Juarez Martins Rodrigues: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde - Instituto Federal Goiano - *Campus* de Rio Verde

Email: juarez.marodrigues@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7170696569730662>

Data de submissão: 04 de março de 2009

Data do aceite: 17 de abril de 2009



Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática¹

Gabriela Barros Rodrigues, Ozelito Possidônio de Amarante-Junior

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma breve análise bibliográfica que busca em alguns textos científicos alicerces para discutir o tema e, sobretudo, ressalta observações relacionadas a vivências de campo que relacionem o Ecoturismo e a conservação dos recursos naturais, sob a perspectiva do formato em que as práticas estão sendo desenvolvidas. Neste estudo, são apresentados algumas vivências e exemplos relacionados a localidades que têm a atividade do turismo em fase de implantação ou já consolidada. O texto ainda fomenta a discussão a respeito do uso do termo Ecoturismo e os equívocos cometidos em sua comercialização e como tal realidade vêm trazendo impactos negativos aos ambientes onde a atividade turística pode se apresentar como uma alternativa de desenvolvimento local.

PALAVRAS- CHAVE: Ecoturismo, Turismo de Aventura, Planejamento Comunitário, Biodiversidade.

Ecotourism and conservation: general context and reflections on practice

ABSTRACT

This paper presents a brief literature review which seeks in some scientific texts foundation for discussing the subject and, above all, emphasizes comments related to experiences that relate the field of Ecotourism and conservation of natural resources, from the perspective of the format in which practices are being developed. In this study, we present some examples and experiences related to locations that have the activity of tourism under implementation or already consolidated. The text also encourages discussion on the use of the term ecotourism and mistakes committed in their marketing and as such really brings negative impacts to the environment where tourism can be presented as an alternative development site.

KEY-WORDS: Ecotourism, Adventure Tourism, Community Planning, Biodiversity

Introdução

Uma das explicações para a origem da atividade turística está intimamente ligada às necessidades humanas. Deslocamentos geográficos se deram em função da sobrevivência humana e evoluíram, contribuindo para a consolidação do formato de turismo atual. O campo de estudo da Biogeografia através de suas áreas de conhecimento podem subsidiar a afirmação em suas considerações que agregam deslocamento e conservação da espécie humana, ao longo da trajetória histórica da humanidade. Brown e Lomolino (2006:573) questionam se “*nossa espécie exibe padrões de dispersão e modificação similares àqueles que ocorrem na maioria do planeta?*”

As manifestações de peregrinação às terras santas ou a esperada visita de Zeus nos jogos olímpicos na Grécia Antiga também se dão através das viagens. Assim, considerações históricas a respeito da criação dos primeiros equipamentos de hospedagem; dos caminhos, das ferrovias e estradas rodoviárias; do aumento exponencial do número de viagens e de turistas no pós-guerra; da alienação no ócio e no lazer na sociedade pós-moderna, fazem-se fundamental para discutir a atividade turística (REJOWSKI, 2002). Como ressalta Sancho (2001:3).

Nos anos 50 a viagem internacional foi se tornando cada vez mais acessível a uma parcela maior da população devido a diferentes fatores, como o aparecimento do avião a jato para passageiros como resposta ao término da Segunda Guerra, o baixo preço do petróleo, a maior renda disponível das famílias, o aparecimento das férias remuneradas e o aumento do tempo livre disponível às populações dos países industrializados. O desenvolvimento das comunicações e dos meios de transporte foram fatores determinantes.

Esses itens são aspectos relevantes ao retratar quais questões sustentam historicamente a trajetória e a implantação da atividade turística nas sociedades atuais. A Figura 1, por exemplo, ilustra com a força da imagem a busca contemporânea por atividades turísticas, em um dos destinos naturais mais procurados do Brasil na atualidade, Circuito Turístico Serra do Cipó/MG.



Figura 1: Caminhada Soberbo, Lapinha, Circuito Turístico Serra do Cipó, MG.
Foto: Gustavo Baxter.

O crescimento desta atividade, que está alicerçado em fatores antropológico, histórico, econômico, social, geográfico, ecológico e cultural, “*é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas*” (CORIOLANO, 2003a:119). Portanto, ao se referir à atividade turística, o pesquisador deverá entender que as necessidades humanas aumentaram muito. E também que as exigências multidisciplinares da atividade proporcionalmente aumentaram a necessidade de competências, no que condiz ao planejamento do turismo.

A busca do homem por entretenimento e lazer, diante do estresse da vida moderna, faz com que os moradores dos centros urbanos saturados procurem o ambiente natural e rural para turismo de lazer. Tal atividade de deslocamento como coloca Urry (1996:15) “*são consumidas porque geram supostamente experiências prazerosas, diferentes daquelas com que nos deparamos na vida cotidiana*”.

É importante considerar quais são estas motivações que levam um determinado tipo de público a procurar um determinado conjunto de serviços. Existem várias razões que motivam as pessoas (demanda turística), a estarem nos mais diversos locais (oferta turística), distintos de sua casa.

A demanda turística é formada por turistas, viajantes e visitantes, e os levantamentos dos atrativos e conjunto de serviços da localidade em estudo; já a oferta turística é o conjunto de produtos turísticos postos a disposição do usuário turístico num determinado destino, para seu desfrute e consumo (SANCHO, 2001). A junção e análise das citadas variáveis podem originar componentes fundamentais em um processo de planejamento de turismo.

As questões referentes à conservação e uso da biodiversidade, desenvolvimento humano e lucro justo, podem estar pautadas no cruzamento dessas variáveis. Porém, ao planejar o turismo é preciso considerar o mesmo como uma atividade econômica e social.

É diante das observações de alguns casos de gestão e planejamento de Ecoturismo no Brasil, que o esse trabalho vem contribuir para a aproximação das bases teóricas e desejáveis diante dos modelos práticos reais. As vivências, observações e conclusões, se dão ao longo de alguns anos de visitaçao a determinados locais.

Como método, é feito um breve levantamento das referências bibliográficas de turismo e Ecoturismo no Brasil, comparando suas bases conceituais com observações referentes às dinâmicas de funcionamento e realização da atividade em algumas localidades turísticas.

A importância de fazerem-se considerações que integrem as bases teóricas da atividade segmentada do Ecoturismo e o formato de como os cenários vem sendo vendidos, faz-se de fundamental importância para o desenvolvimento de locais e de comunidades. De fato, a realidade das atividades ecoturísticas encontra-se (em muitos casos) distantes do sugerido pela literatura e legislação em termos de conceituação e gestão de impactos em regiões com tal uso.

As premissas, diretrizes e bases conceituais da atividade precisam ser aproximadas e lidas de forma cruzada com a realidade, a fim de diminuir o hiato estabelecido entre o ideal colocado pelas produções científicas e o que realmente vem sendo

“estabelecido” pelo o mercado.

O que se percebe é uma confusão no que relaciona as atividades de visitação com os componentes de paisagens, como as bases sociais, históricas, antropológicas, naturais e econômicas de determinados lugares. E ainda, que a partir de tais práticas de mercado, tal dinâmica vem sedimentando e solidificando impactos negativos e efetivos no cotidiano de comunidades e de ambientes distintos. Entendemos que, nessa dinâmica, “ciclos viciosos” são gerados, e o retrocesso dos efeitos na escala humana são detectados, bem como a rápida mutação dos locais ecoturísticos.

Para Coriolano (2003b:14), “(...) *um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem*”. E para que o desenvolvimento de cenários e a conservação de componentes de paisagens ocorram, territórios precisam ser conservados em suas diversas essências, inclusive através do Ecoturismo.

Impactos do turismo

O turismo atualmente é considerado uma atividade econômica de grande importância, gerando um retorno financeiro da ordem de bilhões de dólares anuais em escala mundial (segundo a Organização Mundial do Turismo). E também tem a capacidade de movimentar vários segmentos e afetar relações sociais nos cenários intra-regionais. Embora o turismo seja responsável pela produção de divisas internas e externas nos locais onde ele acontece, podem ser verificadas mudanças no contexto social das comunidades residentes, como também nas paisagens dos locais turísticos, o que pode gerar vários tipos de conflitos, ameaças culturais e impactos sob o território e a biodiversidade.

Desenvolvimento, turismo e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui restrição externa para o desenvolvimento econômico e social. Contudo essa relação pode ser feita de forma controlada, mitigando impactos e agressões (CORIOLANO, 2003b:19) .

As mudanças sociais, portanto, podem ocorrer e serem compreendidas de forma positiva enquanto entendidas como geradoras e incentivadoras da conservação ambiental e da identidade patrimonial do local. E serão, por outro lado, negativas se forem verificados conflitos irresolúveis entre os residentes e os turistas e entre residentes e seu patrimônio. Isso vem sendo vivenciado por comunidades tradicionais, como, por exemplo, na Comunidade Quilombola do Açude (Figura 2).



Figura 2: Comunidade Quilombola do Açude “Zona de amortecimento” do Parque Nacional da Serra do Cipó, MG. Foto: Gustavo Baxter.

O turismo pode ser uma atividade impulsionadora do desenvolvimento local nos lugares onde ele tem condições de ser implantado. Porém, a comunidade residente necessita entender como o mesmo funciona, quais são os seus pontos fortes e fracos, suas ameaças, oportunidades e tendências. Ou seja, apenas quando os residentes forem envolvidos num trabalho permanente de planejamento endógeno para interpretação e conservação cultural e ambiental, como cita o autor, que o mesmo alcançará mínimos impactos e poderá promover o desenvolvimento.

O desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social, o chamado desenvolvimento local (CORIOLANO, 2003b:13).

A ênfase no crescimento qualitativo da atividade turística possibilita a geração de uma atividade que seja pensada, sentida e articulada socialmente de forma responsável através da inclusão, do incentivo de residentes em atividades de cunho informativo, valorizador e conservacionista tanto do patrimônio cultural, social, humano e ambiental.

O processo de envolvimento da comunidade é indispensável para o fomento da sustentabilidade do Turismo Comunitário. Tal prática pode vir de forma gradual contribuir para o desenvolvimento de localidades no qual o turismo vem sendo planejado e

implantado, gerando assim pequenos impactos no que se refere ao patrimônio do lugar. A Figura 3 ilustra o que seriam essas particularidades locais, ao retratar o cotidiano do saber e o fazer da pesca no litoral do país.

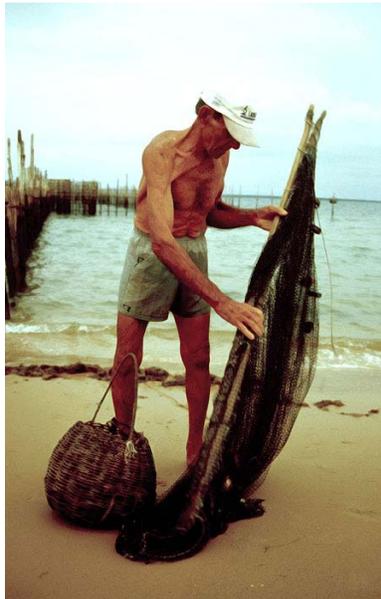


Figura 3: Comunidade de Pescadores – Barra Grande, BA. Foto: Gustavo Baxter.

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo o processo de e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade (CORIOLANO; LIMA, 2008:393).

A sustentabilidade no desenvolvimento do processo turístico pode acontecer, portanto, se a gestão local do turismo releva estes fatos. Caso contrário pode ocorrer um processo de invasão cultural, através da exploração e comercialização maciça de produtos de consumo de massa, que banalizam e contradizem a sustentabilidade (cultural, social e ambiental), ameaçando o possível uso de recursos turísticos pelas gerações futuras.

É relevante fomentar, destacar e refletir sobre qual tipo de desenvolvimento se refere, quando se pensa nos moldes do turismo, nas limitações das capacidades de suporte de atrativos, nas bases cotidianas de comunidades específicas. E sobretudo, para quem se dirige tais ações e em qual período de tempo, pensa-se em conservação de paisagens e de lugares.

No atual cenário de turismo mundial, é a prática do Ecoturismo que mais ganha

adeptos a todo o momento. A prática da atividade de visitação, em locais divulgados como “paisagens naturais inesquecíveis”, gira atualmente e na realidade, (infelizmente), como um rótulo, que vende produtos na prateleira de supermercados. Segundo Moraes e Saraiva-Filho (2008:260)

A reboque de abundantes estudos acadêmicos sobre o tema e o forte crescimento desse mercado, surge o turismo de aventura, confundido e muitas vezes considerado como sucedâneo de ecoturismo, devido a proximidade conceitual e do espaço (natural) onde ambos são comumente operados e praticados...

Das relações propostas pelo o Ecoturismo com os componentes de paisagens onde o mesmo está sendo realizado, em contraponto, ao formato da comercialização de qualquer atividade que use como cenário a natureza, que surge uma confusão conceitual e prática.

...há muitas formas de turismo na natureza: de sol e praia, de aventura, rural entre outro. Contudo cada segmento é realizado em ambientes especiais, com focos diferenciados, tendo como ponto em comum o contato com a natureza. No ecoturismo a contemplação da paisagem, a interação com as comunidades locais têm foco especial (CORIOLANO;LIMA, 2008:338).

O que se pode perceber é que a terminologia Ecoturismo é comercializável. E que sua natureza conservacionista da atividade vem sofrendo equívocos diante dos procedimentos do mercado. Pois, existe um confronto entre as diretrizes para a conservação e as projeções de rendimentos financeiros dos realizadores, não atendendo aos limites sócios naturais dos locais.

Como em períodos contemporâneos a tomada da consciência ambiental vem sendo discutida e resgatada, existem vários consumidores do turismo que querem optar pela realização de atividades em cenários naturais. Porém, não cabe aos mesmos discutir com seu operador se a sua conduta de realização de atividades, condiz com os limites daquele atrativo. O mesmo (consumidor) pode pressupor que ao comprar uma atividade de caminhada entre outras, todos os protocolos de conservação ambiental estavam sendo contemplados, e mesmo, que não existe diferenciação entre Ecoturismo e Turismo de Aventura e natureza.

Tal fato alimenta essa confusão conceitual e prática, que vem contribuindo para a não conservação dos atrativos diferenciais do segmento, que são as comunidades locais e a biodiversidade. Porque se vende e se compra Ecoturismo, ainda de forma pouco esclarecida sobre as reais bases que o referenciam. E ainda, os próprios operadores e profissionais de mercado tratam as práticas de aventura e natureza como uma atividade ecoturística.

Ao se analisar as circunstâncias que confrontam capacidades de suporte de atrativos com a projeção de lucros relacionados à prestação de serviços, é que se ressalta um vício na atividade. E ainda, como fator contribuinte, realiza-se a atividade

contando somente com os aspectos naturais locais, não estabelecendo uma ligação com as comunidades residentes e suas questões sociais.

A Figura 4 ilustra uma exceção dentro do Turismo de Aventura. Aqui, a atividade realizada tem uma formatação interessante, pois o turismo é utilizado como uma ferramenta para a formação empresarial, respeitando as capacidades de suporte do lugar, e envolvendo atores locais no processo.



Figura 4: Prática de Rafting, Rio Cipó. APA Morro da Pedreira. Serra do Cipó, MG. “Programa Treinar”. Foto: Gustavo Baxter.

Então, ao relevar e analisar a prática do Ecoturismo a partir do que já foi citado pode-se questionar sobre qual o tipo de Ecoturismo está sendo praticado na atualidade? A prática de Ecoturismo, turismo ecológico e turismo de aventura e natureza são as mesmas atividades? As práticas de aventura e natureza são vendidas como Ecoturismo? Como os gestores das Unidades de Conservação e a legislação ambiental nacional, relacionam-se com os empreendedores e prestadores de serviços turísticos para a realização de uma melhor prática? Se forem, como são feitos os levantamentos, pesquisas e monitoramento de atrativos?

Diante das questões colocadas, a necessidade de resgatar alguns conceitos sobre o Ecoturismo se faz importante, porque possibilita uma análise comparativa do que é proposto em termos de referências e teoria e a prática, no cenário atual. “O Ecoturismo é mais do que uma elite de amantes da natureza. É, na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica social” (WESTERN, 2002:13).

Ecoturismo, segundo a definição dada pela *Ecotourism Society*, é “a viagem responsável a áreas naturais, visando a preservar o meio ambiente e a promover o bem estar da população local”.

E, ainda, segundo o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo (1994)

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

O Ecoturismo, ao ser planejado, salienta questões referentes à ecologia, à estética, à economia e ao aspecto social. Seu desenvolvimento, como ferramenta para o desenvolvimento local, fundamenta-se em uma sistemática interpretação do espaço sociocultural.

O Ecoturismo está deixando de definir-se como turismo de natureza de pequena escala para estabelecer-se como um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo que se relacione com a natureza (WESTERN, 2002:13).

Assim, o Ecoturismo apresenta tendências interessantes em relação à atividade turística planejada e responsável, pois identifica a essência de cenários naturais incorporando-as à prática, mesmo quando essa atividade é mais próxima do turismo de aventura, como ilustra a Figura 5.



Figura 5: Prática de Arvorismo tendo o cenário natural como elemento constituinte. Centro de Aventura Canela de Ema, Caeté, MG. "Programa Treinar". Foto: Gustavo Baxter.

E mais ainda, o Ecoturismo tende a valorar e envolver a comunidade local em sua prática, já que os mesmos são conhecedores de seu lugar e podem promover a sua conservação, podendo incrementar a renda de suas famílias, como também gerar novos postos de empregos.

A prestação simples de atendimento por si só é um diferencial e pode ser composto pelo característico jeito de falar do nativo até o preparo de comida caseira, feita com ingredientes colhidos na horta local. A observação da revoada de pássaros ou da espécie endêmica florística no alto da serra, acompanhada por guias locais, também podem ser citadas como alguns exemplos de envolvimento comunitário.

No Parque Nacional da Serra do Cipó, situado a 100 km de Belo Horizonte – MG, um dos atrativos mais bonitos e importantes em termos de concentração de espécies e fragilidade ecossistêmica, denominado de Poço Azul, está e permanecerá interditado. Tal medida foi tomada para restaurar a queda d'água e minimizar impactos ocasionados pela visitação turística, atraída por uma divulgação maciça do atrativo, gerando um ciclo desgastante de mau uso. A Figura 6 ilustra um desses impactos negativos.



FIGURA 6: Cachoeira da Capivara. Entorno do Parque Nacional da Serra do Cipó- Serra do Cipó, MG. Antes e após queimada provocada pelo homem. Foto: Gustavo Baxter.

O processo de adaptação de paisagens e a exigência relacionada à construção de grandes estruturas de apoio turística (*resorts*, hotéis de luxo, estruturas de alimentação e entretenimento), geram questionamentos: o que é realmente preciso para implantar o Ecoturismo? Paisagens essencialmente modificadas são atrativas? A comunidade local sente-se em sua própria “casa”, a partir das mudanças de paisagem originadas dessas construções? Parece-nos que há uma resposta negativa para cada um dessas questões.

Segundo Coriolano (2003a:124),

o Ecoturismo é uma modalidade de turismo dirigido a grupos especiais, evitando grandes concentrações e, sobretudo, integrando o turismo como atividade econômico-social ao meio ambiente natural. O ecoturista não é um turista qualquer, mas aquele turista que gosta de viagem para contato com a natureza, gosta de ver fauna e flora e de conversar com o povo visitado.

A mesma autora ainda coloca que as confusões conceituais e discussões entre os termos Ecoturismo e Turismo Ecológico podem ser inúteis, já que o Ecoturismo é,

e deveria ser uma atividade de baixo impacto. Todos os segmentos de turismo deveriam ser *ecológicos*, ou seja, valorizarem as relações intrínsecas entre o ser humano e seu entorno, seja uma visita a um museu, uma igreja, uma Unidade de Conservação, ou uma área natural sem titulação ante a legislação. Deve, também, respeitar a capacidade de suporte da localidade (Figura 7).



Figura 7: Prática de Canoagem Rio Cipó, atendendo os limites do recurso hídrico. APA Morro da Pedreira, Serra do Cipó, MG. "Programa Treinar". Foto: Gustavo Baxter.

A venda, a banalização e o uso equivocado de termos e práticas como Ecoturismo, Educação Ambiental, conservação e preservação, biodiversidade, desenvolvimento e turismo sustentável, como também a fuga para locais diferentes da realidade cotidiana e das pressões urbanas, tendem a motivar, a busca pelo natural. Porém, nem tudo que é realizado em ambiente natural é atividade ecoturística.

No mercado atual, práticas de natureza e aventura são comercializadas como Ecoturismo, e não o são, como já mencionado anteriormente. As mesmas fazem uso de uma montanha, uma trilha, uma Unidade de Conservação, um rio, uma formação rochosa, uma situação natural, mas de fato, só fazem uso de um cenário que é natural, não tendo a contemplação como objetivo. "No Ecoturismo deve haver, além da conservação, essa proteção o que equivale a apenas contemplar e observar a natureza". (CORIOLANO, 2003a:124)

Em observações por nós realizadas, vale ressaltar o exemplo de inúmeras agências ou receptivos turísticos locais, instalados no município de Barreirinhas-MA. Na sede do município encontra-se a portaria principal do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Nesta localidade, as dunas e as lagoas são usadas como cenário

de turismo de aventura e natureza. Não é legítimo as considerações que colocam aquela paisagem/cenários (por sinal atrativo de hierarquia especial diante de sua beleza e particularidades) e as práticas realizadas dentro dos enquadramentos do Ecoturismo. Em visita ao Parque, observamos um cenário caótico de empreendimentos, carros adaptados, trânsito carregado no sentido do atrativo, poucas estratégias de manejo e conservação e valorização mínima da comunidade local.

Para visitar o Parque há a exigência do acompanhamento por um condutor, visando garantir a segurança do turista durante a visitação e a conservação do local. Segundo guia local (em visita a localidade em 2007, para estudo de caso), existem operadoras turísticas no país que cobram R\$ 350,00 pelo complemento de seu pacote turístico para conhecer os “lençóis”, mas a remuneração do nativo condutor era de R\$ 12,00 a diária. Em nova visita ao município (2009), outros guias locais afirmaram que as diárias, após a formação da cooperativa local de serviços turísticos, aumentaram para R\$ 20,00 a R\$ 30,00. Por mais que resultados positivos possam ser constatados, os valores da diária no mercado atual vão de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 em outros destinos.

Claro que há que se considerar uma série de fatores, como qualidade do produto, custo de vida local, outras oportunidades de ganho financeiro associadas, valor de mercado do destino etc., mas em nossa opinião, tal prestador de serviço jamais poderá vir a conservar seus recursos naturais, paisagísticos e de biodiversidade, acreditando que o Ecoturismo é sempre realizado por grandes fluxos de visitantes, impactos na biodiversidade e baixa remuneração da comunidade envolvida.

Apesar de não comungar com as definições de CORIOLANO (2003a) que diferencia o Ecoturismo do Turismo Ecológico, Seabra e Neu (2003:141) afirmam que,

(...) como são estranhos aos processos de modernização da paisagem natural com fins de uso turístico, as comunidades locais de base familiar abandonam seus postos de trabalho e passam a constituir uma mão de obra periférica ao turismo traduzida quase que literalmente na mendicância e na marginalidade.

Os processos de exclusão podem vir a impactar a conservação ambiental, através do incentivo não oficial ao desmatamento ilegal, queimadas, comercializações de espécies nativas, entre outras. Em observações realizadas no Parque Estadual de Ibitipoca, situada no município de Conceição de Ibitipoca, MG, também observamos atrativos, como cavernas e as cachoeiras altas, serem fechados devido a sua destruição. O desrespeito à capacidade compromete seriamente a biodiversidade local.

Ainda cabe ser ressaltado que muitas Unidades de Conservação não tem seus Planos de Manejo elaborados e, conseqüentemente, não possuem ferramentas que regulamentem seu uso.

A discussão sobre a complementação, a multi e a transdisciplinaridade exigidas pela atividade turística é urgente e de fundamental importância para a implantação de

programas de gestão e desenvolvimento. E, no entanto, Oliveira *et al.* (2008), apontam a implantação da atividade do Ecoturismo na vegetação manguezal como atividade “salvadora”.

A somatória de uma gestão turística fundamentada na convergência dos interesses da atividade com preservação e conservação das dimensões ecológicas, econômica, social, cultural e religiosa, promoverá uma conscientização da população no tocante a conservação do ecossistema, evitando a superexploração e poluição do mesmo (OLIVEIRA, *et al.*, 2005:53).

No entanto, os autores correm o risco de serem parciais se, além de afirmar que a “Educação Ambiental, uma das diretrizes básicas para a preservação dos ecossistemas para gerações futuras, está diretamente ligada ao turismo pedagógico e ecológico” (p.63), não considerarem os problemas reais, correlacionados ao uso, particularidades da biodiversidade, e exclusão social das comunidades do normalmente observados em atividades de Ecoturismo em área de manguezais. Não é o simples fato de se autodenominar como “turismo ecológico” ou “pedagógico” que uma atividade deixará de ser impactante. Tudo dependerá do formato de sua realização, da prática e dos condicionantes que o sustentam.

Os bons exemplos de gestão e comercialização do Ecoturismo em outros países poderiam orientar as práticas no Brasil, para que se possa substituir atividades potencialmente impactantes aos ambientes. Na Chapada Diamantina/BA, por exemplo, observamos a prática de turismo na natureza com baixos impactos em a substituição da atividade de garimpo (Figura 8).

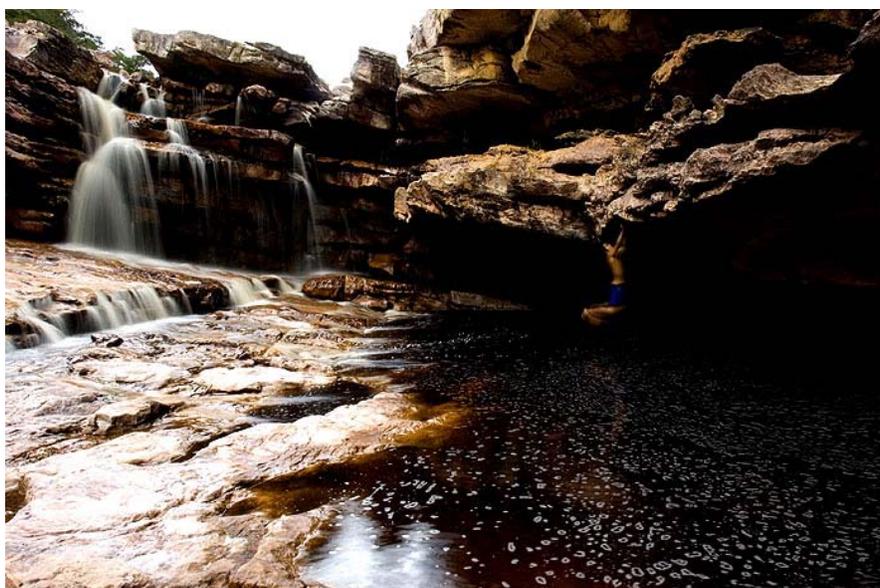


Figura 8: Prática de Escalada *Boulder*. Parque Nacional da Chapada Diamantina, Igatu, BA.
Foto: Gustavo Baxter.

Foi em Igatu-BA que escaladores da prática Bolder repensaram a prática do turismo em substituição ao garimpo, em julho de 2008, ao proporem a realização das filmagens de “A Gruna”, documentário que propõe o reconhecimento a região como um local de garimpo já em decadência, mas com destacado potencial para a prática desse tipo de escalada, a partir dos resíduos paisagísticos da atividade de extração, em áreas do município e do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Infelizmente, ao contrário,

em Canoa Quebrada, os moradores constataram que o turismo trouxe vantagens como renda e poucos empregos seguros; mas por outro lado, as pousadas e restaurantes e lojas eram de pessoas de fora, a criminalidade aumentou e o consumo das drogas e da prostituição eram um problema sério... em Parajurú, os moradores não viram benefício positivo nenhum do turismo... na Prainha do Canto Verde a pesquisa revelou que os moradores estavam conscientes que o turismo ia chegar, mas também sabiam que queriam um turismo diferente (SCHARER, 2003:333).

Este trabalho, que tem como objetivo contextualizar e aproximar teorias e práticas através de observações em localidades turísticas, detectou, no Brasil, bons exemplos, que conseguem respeitar particularidades locais, como os municípios de Bonito-MT, Fernando de Noronha-PE, e Prainha do Canto Verde/Beberibe-CE, que, por mais que apresentem dificuldades, mostraram-nos que estão conseguindo usar, monitorar e conservar a biodiversidade, mesmo com o quadro de visitação no qual se encontram atualmente. Essas localidades ainda conseguem atrair adeptos para a prática do uso sustentável e da conservação.

O Parque Nacional do Caparaó, que tem uma de suas portarias em território capixaba (município de Dores do Rio Preto), a implantação de ações como a Brigada de Incêndio Comunitária, formação de “guarda-parques” e programas de hospedagem como o “*Break and Breakfast - Cama e Café*” (hospedagem familiar na casa dos moradores locais), vêm subsidiando e agregando valor e profissionalismo de forma integrada, a uma das atividades de observação de natureza e Ecoturismo mais antigas do Brasil – a escalada ao Pico da Bandeira.

Alguns outros projetos no Brasil também devem ainda ser comentados, como o “Projeto Conservação Local e o Turismo - A Educação Ambiental voltada para o fomento do Ecoturismo no Município de Rio Preto, Minas Gerais” (RODRIGUES, 2005), que visa sensibilizar, discutir e destacar a Bacia Hidrográfica do Rio Preto como motivo para a prática do Ecoturismo. O Rio Preto tem sua nascente dentro do Parque Nacional do Itatiaia-RJ, portanto, com água de qualidade, grande volume de bacias hidrográficas elementares, beleza cênica e possibilidade de implantação de turismo de pequenos impactos em conjunto com a população local. A fase das discussões e sensibilização a respeito do que é o Ecoturismo, demonstrou bons resultados relacionados à percepção ambiental dos participantes.

Outro exemplo de projeto e ação é o denominado de “O mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) – um raro produto para o Ecoturismo e a conservação da mata

atlântica”. O mesmo também realiza dinâmicas de observação da espécie, atividade de interpretação e percepção ambiental. Tais atividades fomentam a sensibilização para a conservação e preservação, para esta importante espécie componente da Biodiversidade (NUNES, *et al.*, 2007)

Considerações Finais

Apesar de incipientes e/ou contraditórios em alguns aspectos, tais exemplos ilustram ações que podem ser classificadas como atividade de Ecoturismo, porque envolvem tanto os participantes locais da comunidade, como os próprios turistas e o espaço físico-biológico.

Diante de aspectos conceituais, comerciais, e de cenário e mercado, a implantação do Ecoturismo contemplativo (com pequenos grupos, envolvimento de atores locais, conservação e valorização da biodiversidade) pode, além de uma medida de incremento do PIB brasileiro, promover desenvolvimento para as gerações futuras, com possibilidades de mobilização social e visitação que promova o prazer de se estar em um lugar natural conservado.

Por fim, achamos importante fazer algumas ressalvas. As ações pontuais do Ecoturismo, apesar de, a cada dia, exigirem mais participação comunitária para fiscalização, gestão e uso de recursos em territórios específicos, ainda não geram benefícios efetivos para as comunidades locais. Scharer (2003:333), por exemplo, observou que no caso da prainha do Canto Verde, *“os veranistas fizeram pouco para alimentar a economia do lugar, já que traziam tudo de Fortaleza e consumiam quase nada no local.”*

Essa situação redundava em pouca participação efetiva das populações locais com relação à conservação de seus atrativos, a não formação de arranjos produtivos locais, e ainda causa a exaustão de todo um conjunto de paisagem, sem promoção do desenvolvimento humano. Há uma reprodução de modelos de uso que fazem da biodiversidade um mero produto lucrativo.

Com o esgotamento dos componentes da paisagem, sempre surgem movimentos de deslocamentos em busca de outros paraísos Ecoturísticos, podendo ocasionar novos impactos negativos. Para que o impacto das visitas do Ecoturismo e do turismo de aventura possam ser mais positivos do que negativos, é preciso repensar como a mobilização comunitária possa acontecer, qual a percepção dessa comunidade com relação à paisagem do qual faz parte, e implantar ações de sensibilização que sejam condizentes com a realidade daquela população. Sobretudo, é necessário que consigamos difundir, com linguagens mais acessíveis, os conhecimentos acadêmicos produzidos para o segmento.

Repensar o Ecoturismo, atualmente, é implantar novos formatos de gestão e participação, exigindo discussões embasadas sobre o que é sustentabilidade e particularidade física, biológica, social e econômica de cada lugar. Portanto, o empréstimo de modelos, no caso do Ecoturismo, não pode ser uma prática recorrente. A lógica a ser seguida, na nossa opinião, é a que considera cada local com seu jeito e seu saber

fazer, mas busca diretrizes básicas para que haja adequação de teorias e modelos com as realidades em questão, para a conservação de rochas, cachoeiras, biomas, e de todo um cenário natural, para a prática da contemplação e de uso esportivo (Figura 9).



Figura 9: Prática de Escalada Esportiva aliada com a conservação dos atrativos da APA Morro da Pedreira, Serra do Cipó, MG. Foto: Gustavo Baxter.

Referências Bibliográficas

BROWN, J.H.; LOMOLINO, M.V. **Biogeografia**. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2ª,Ed., 2006.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. *In*: CORIOLOANO, L.N.M.T. (org). **O Turismo de Inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Ed. Premium, 2003a.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O Ecoturismo e os hóspedes da natureza. *In*: CORIOLOANO, L. N. M. T. ; LIMA, L. C. (orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003b.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, A.C.G. A contribuição do turismo no desenvolvimento local. **Curso** a distância em Gestão da Cadeia Produtiva do Turismo. Universidade Aberta do Nordeste. 2008.

MORAIS, E.O.; SARAIVA-FILHO, R.A. Desvendando os caminhos do turismo de aventura. **Curso** a distância em Gestão da Cadeia Produtiva do Turismo. Universidade Aberta do Nordeste. 2008.

NUNES, A.L.; FERNANDES, R.V.; BOUCINHA, V.; TOLEDO, C..O; MARTINS, A. O mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*): um raro produto para o Ecoturismo e a conservação da mata atlântica. **Anais** do IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e VIº Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007.

OLIVEIRA, L.A.K.; FREITAS, R.R.; BARROSO, G.F. Manguezais: Turismo e Sustentabilidade. **Caderno Virtual de Turismo**, v.5 (3), 2005, pp.52-56.

REJOWSKI, M. (org.) **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Editora Aleph, 2002.

RODRIGUES, G.B. A Educação Ambiental voltada para o fomento do Ecoturismo no Município de Rio Preto – Minas Gerais. **Monografia**: Curso de Especialização em Educação ambiental para Bacias Hidrográficas: perspectivas e desafios para o século XXI . São Carlos: USP, 2005

SANCHO, A. **Introdução ao Turismo**: Organização Mundial de Turismo, OMT. São Paulo: Roca,2001.

SEABRA, G.F.; NEU, C. A face social do Ecoturismo no Parque Nacional da Chapada Diamantina. *In*: CORIOLOANO, L. N. M. T. ; LIMA, L. C. (orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUCE, 2003.

SHARER, R. O Turismo sustentável na Prainha do Canto Verde. *In*: CORIOLOANO, L.N.M.T. (org). **O Turismo de Inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: Ed. Premius, 2003.

URRY, J. O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo:Studio Nobel-SESC, 1996.

WESTERN, D. Como definir o Ecoturismo. *In*: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (org.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 2002.

NOTA

¹ O trabalho intitulado “Ecoturismo, conservação ambiental, marketing e realidade: conceitos e práticas”, foi elaborado e solicitado como trabalho final da disciplina de Biologia da Conservação, do Programa de Pós Graduação em Biodiversidade e Conservação da UFMA. O mesmo apresentou como método de elaboração uma revisão bibliográfica pautado sob a análise de alguns artigos científicos. Ainda considerou importantes bibliografias para o embasamento e a discussão do tema, como também vivências e exemplos relacionados a localidades que tem a atividade do turismo em fase de implantação, ou já consolidada. O Projeto de pesquisa de mestrado de tal autora é intitulado “A conservação da biodiversidade e da paisagem em Território Quilombola , Bacabal MA” e conta com financiamento da FAPEMA – Fundo de Amparo – “Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão”, à UFMA, IF-MA. Os agradecimentos vão para o fotógrafo Gustavo Baxter, por seus registros belíssimos e importantes para o acervo imagético do Ecoturismo e do Turismo de aventura e natureza no Brasil. Como também pela parceria e amizade durante nossa trajetória.

Gabriela Barros Rodrigues : Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Email: gabi_andar@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7225033654870305>

Ozelito Possidônio de Amarante Junior: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA e Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Email: ozelito@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7857430001310706>

Data de submissão: 27 de fevereiro de 2009

Data do aceite: 15 de maio de 2009



Representação social da Educação Ambiental e sua contribuição ao turismo

Rafael Angelo Fortunato

RESUMO

O turismo é um dos setores econômicos mais promissores na atualidade. Contudo, apresenta alguns problemas em relação à conservação do ambiente natural e o bem estar da população local. Assim, buscou-se compreender como a Educação Ambiental contribui com a melhoria desse quadro, visando à construção de sociedades sustentáveis. Para tanto, auferiu-se a representação social da Educação Ambiental, tendo como padrão de qualidade o modelo ecossistêmico de cultura. Percebeu-se que para a Educação Ambiental contribuir com a sustentabilidade na atividade turística necessita-se de uma ampla re-qualificação do seu senso comum, pois o mesmo vem se distanciando do paradigma da complexidade, considerado como capaz de oferecer ferramentas para construção de sociedades sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Turismo, Representação Social.

Social representation of Environmental Education and its contribution to tourism

ABSTRACT

Tourism is one of the most promising economic sectors in the present. However, it presents some problems regarding the conservation of the natural environment and the wellbeing of the local population. Thus, we tried to understand how environmental education contributes to the improvement in the table, aiming to build sustainable societies. For both, earned itself the social representation of environmental education, with the standard of quality of the model ecosystem culture. It was noticed that the environmental education to contribute to sustainability in the tourist needs is a broad re-qualification of its common sense, because it has been distancing of the paradigm of complexity, seen as capable of offering tools for building societies sustainable.

KEY-WORDS: Environment Education, Tourism, Social Representation.

1. Introdução

Ao analisar a Educação Ambiental em suas bases epistemológicas, percebemos que a mesma vem sendo apresentada como uma ciência complexa, pois não são poucos os trabalhos que utilizam como referência, por exemplo, Edgar Morin (um dos pensadores que introduziu o pensamento complexo no Brasil). Temos como pressuposto que apenas nesse modelo conseguiremos responder aos problemas oriundos da questão ambiental.

Ao pensarmos na atividade turística, também podemos nos remeter às bases da ciência complexa, para organizá-lo. Assim em vista das possíveis proximidades das bases epistemológicas dos dois campos de estudos, traça-se um paralelo indissociável entre elas no decorrer deste artigo.

Parte-se do pressuposto de que, quando a Educação Ambiental for representada utilizando os paradigmas da complexidade pelos atores sociais envolvidos com o turismo, ela contribuirá de forma expressiva com a atividade, podendo até mesmo ser confundida com uma educação para a sustentabilidade no campo do turismo.

Diante deste cenário, estabeleceu-se como objetivo principal da pesquisa, investigar qual a representação social da Educação Ambiental em Analândia, um município do Estado de São Paulo com grande potencial turístico.

2. Desenvolvimento do Tema

2.1 O Advento de uma Ciência Complexa

Diversas correntes filosóficas vêm influenciando o modo como concebemos a realidade por meio de suas contribuições à ciência, uma vez que o pensamento criador e contestador dos filósofos se fazem presentes para desvendar os mistérios, as incertezas e a complexidade da realidade.

Nossa trajetória, que relaciona pensamento filosófico e ciência, nos reporta a Aristóteles com sua visão unificada do cosmos, uma visão orgânica. Aristóteles procurava conceber, através dos sentidos, com uma percepção de pertencimento ao universo como um organismo vivo.

No entanto, no decorrer da história, o ser humano passou a desenvolver uma visão estritamente utilitarista do ambiente natural, assim, o mundo desprovido de um sentimento que une o homem ao todo, passou a desconsiderar todo conhecimento produzido através dos sentidos, considerando-os como passíveis de equívocos e de contestações.

O “verdadeiro” conhecimento ganharia advento através de uma visão dicotômica dos elementos que compõe o todo, ocorrendo assim o reducionismo “*dos fenômenos físicos a relações matemáticas exatas*” (PELIZZOLI, 2002:19). Branco (1999:17) acrescenta que o reducionismo é tomado como “*a tendência a admitir que qualquer corpo (ou fenômeno) poderá ser sempre dividido em unidades menores, as quais deverão ser examinadas isoladamente*”.

Essa nova forma de conceber o universo contribuiu para o surgimento do que chamamos de antropocentrismo, corrente que ganhou notoriedade com Francis Bacon (1561-1626), onde os homens seriam superiores à natureza, onde tudo deveria conspirar para tornar seus desejos realizáveis. A partir daí, o “*objetivo da ciência passou a ser alcançar o conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza*” (CAPRA, 1996:51) e, segundo Coimbra (2002:194), “*para Bacon, a natureza deve ser tratada com rigor e submetida, como escrava, ao arbítrio do homem, no sentido de fornecer-lhe tudo de quanto este precisar*”.

Nesta mesma linha de Bacon, René Descartes (1596-1650) com o seu

“discurso do método”, relata sua maneira de conceber o verdadeiro conhecimento científico, que previa: *“conduzir por ordem nossos pensamentos, indo do mais simples aos mais confusos..., dividir as dificuldades em tantas partes, quanto possível..., fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que se esteja seguro de nada omitir”* (DESCARTES, 1960:67-68).

Tais linhas de pensamento foram completadas pelas gerações seguintes, destacando-se Newton (1642–1727) *“que, embora tenha dado grande impulso às ciências experimentais e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, subtraiu do conhecimento sua visão holística e contribuiu para desagregação do saber”* (COIMBRA, 2002:194)

Em síntese, a ciência em toda modernidade tratou de estabelecer algumas bases para construção do conhecimento (MORIN, 2003):

- O universo é estável e harmônico;
- O mundo é mecânico, quantificável e objetivo;
- A realidade é simples, ordenada, uniforme e linear;
- As regras são claras e distintas
- As explicações são gerais e, portanto, unificadoras;
- Há uma regularidade e previsibilidade na natureza;
- A ciência é neutra;
- O método é o experimental;
- A observação dos fatos deve ser objetiva, separando o objeto do sujeito.

Dessa maneira, a visão orgânica de Aristóteles teria menos importância para o desenvolvimento da ciência, do modo de produção do conhecimento, emergindo a partir de então o paradigma de ciência denominado de mecanicista, ao lembrar as engrenagens de um relógio. Assim, o mundo dividido em partes, deixa de considerar o ser humano como parte integrante da natureza e vem passando por uma crise perceptiva.

A ciência encontra-se neste momento num processo de racionalização instrumental, vendo-se livre de sentimentos, de emoções, de paixões, passando a enxergar o ambiente natural de “uma posição superior”, de onde os cientistas se tornariam encarregados de decifrar a realidade separando-a em pequenas partes para melhor analisá-la.

Desde então, toda a ciência ao final do século XX e início do século XXI, vem sofrendo grandes influências mecanicistas; no entanto, com o decorrer de inúmeras crises, tanto nas ciências naturais, como nas ciências sociais, passou a emergir um novo paradigma de ciência, que alguns autores como Santos (2005) vem chamando: o paradigma de ciência na pós-modernidade.

Para mapearmos toda essa área, passaremos primeiramente por contestar o paradigma de ciência vigente, influenciado pelo “discurso do método” de Descartes. Mourois (s/d) nos traz uma contribuição:

Como conduzir por ordem seus pensamentos quando o fator tempo se torna o principal? Como nada omitir, quando os dados do problema são inumeráveis? O método desenha em nós um microcosmo de cristal e de ação cujas engrenagens maravilhosamente talhadas se encaixam com uma precisão admirável, mas sabemos bem que o vasto mundo não é feito à imagem desse relógio preciso e transparente. As folhas agitadas pelo vento, as nuvens varridas pela tempestade, os trabalhos dos campos e as paixões das cidades não encontram aqui seu lugar (MOROIS, s/d:28)

Ao aparecer no discurso de Mourois que “os dados do problema são inumeráveis” pensamos em um mundo complexo. A ciência complexa se ancora nas relações surgidas com a termodinâmica, onde aparecem evidências sobre o fato que o simples arranjo entre elementos que estavam em desordem, leva a um salto qualitativo, de tal forma que o sistema de elementos pode possuir propriedades não contidas nestes últimos.

Morin (2003) também vem trabalhando para que uma nova base epistemológica possa embasar o conhecimento científico pautado na teoria de sistemas complexos. Enfatizando a deficiência na ciência ao conceber o mundo do seu ponto de vista reducionista, que só enxerga as partes e não a sinergias e o dinamismo do todo, complementa: “é preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento complexo no sentido originário do termo ‘complexus’: o que é tecido junto” (MORIN, 2003:89)

E quando Mourois ressalta “as paixões da cidade”, nos remete a uma incerteza inerente ao conhecimento, pois, emoções, sabedoria e objetivos individuais não podem ser esclarecidos, deduzidos, pois fazem parte da subjetividade humana.

Nesta linha, Morin (2003) acrescenta que existem três princípios de incerteza no conhecimento: o primeiro é cerebral (o conhecimento não é um reflexo do real, mas sempre verdades aproximadas), o segundo é físico (o conhecimento dos fatos é sempre tributário de interpretação), já o terceiro é epistemológico e decorre da crise dos fundamentos da certeza.

Leff (2001) também vem discursando sobre um novo saber que deve conduzir as ciências na pós-modernidade, chamando-o de saber ambiental e diz:

as transformações induzidas pelo saber ambiental têm, pois, efeitos epistemológicos (mudanças nos objetos de conhecimento), teóricos (mudanças nos paradigmas de conhecimento) e metodológicos (interdisciplinaridade, sistemas complexos) (LEFF, 2001:159).

Basicamente, o saber ambiental deve partir da busca incessante pelo diálogo entre ciências e saberes tradicionais, entre a razão instrumental, utilitarista, cartesiana e a racionalidade ambiental que enfatize a emoção, os sentidos. Assim, partiremos para construção de uma ciência prudente, que não coloque os interesses individuais acima dos interesses coletivos e que problematize todas as áreas da ciência sob o ponto de vista de suas incertezas, devido à grande complexidade de fatores envolvidos nos objetos de estudo.

Neste sentido, Morin nos chama a atenção dizendo que “é preciso aprender a enfrentar as incertezas, já que vivemos em uma época de mudança em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado” (MORIN, 2003:84).

Caso continuemos a adotar o paradigma de ciência cartesiano, difundido por toda a modernidade, não seremos capazes de caminhar rumo à construção de sociedades sustentáveis, pois lhe falta um componente essencial, que a razão instrumental não foi capaz de lhe conceder: a sabedoria. Ela, sim, é capaz de estabelecer relações intrínsecas entre as diferentes partes que compõe o todo. Segundo Morin (2000:16-17), “*não conseguimos integrar nossos conhecimentos para condução de nossas vidas. Daí da segunda parte da frase de Eliot: Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento?*”. A “velha e boa” sabedoria, portanto, deve integrar o processo de construção do conhecimento, eliminando as barreiras entre racionalidade e irracionalidade.

Seguindo a linha do pensamento complexo de Morin (2003), a construção do conhecimento deve basear-se nos fatos de que:

- Tudo está ligado.
- O mundo natural está constituído de opostos, ao mesmo tempo antagônicos e complementares.
- As ações são circulares e não lineares.
- Não há fenômenos de causa única.
- Há interdependência entre todos os fenômenos.
- Não se pode pensar um sistema sem pensar no seu contexto.
- O olhar não isola o fenômeno do seu conjunto.
- Há rejeição do dogmatismo e da unidirecionalidade.

Em resumo, a nova ciência da pós-modernidade, ou um novo paradigma de ciência, se traduz da parte para o todo, da estrutura para o processo, da ciência objetiva para a ciência epistêmica, das descrições verdadeiras para a descrição aproximada (MORIN, 2001, 2003, 2005).

2.2 Representação Social: Um aspecto significativo para pensar a sociedade contemporânea.

é evidente que os paradigmas científicos modelam o pensamento e a ação históricos de uma sociedade (COIMBRA, 2000: 52, *apud* PHILLIPI-JR.; PELICIONI, 2000)

A pesquisa em Representação Social pode ser entendida como uma investigação em psicologia social. Pois, procura-se entender por meio da representação social, uma psicologia social do conhecimento que, segundo Moscovici (2003) está interessada nos processos através dos quais o conhecimento é gerado, transformado, e projetado no mundo social. Autores como Neiman (2007) e Reigota (2002) discutem esta abordagem no campo ambiental com maior propriedade.

Para entendermos um pouco mais sobre a psicologia social, cabe ressaltar que a mesma segue a linha de que o conhecimento é sempre produzido através da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que estão nele implicados.

Em síntese, o conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado, ao contrário, ele é produto de um grupo de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais estão engajadas, em projetos definidos.

Em nossas sociedades sempre existiram representações sociais, que por sua vez são constituídas por toda herança histórica, considerada na modernidade como instrumental-utilitaristas, objetificadora da natureza, que passa a ganhar reforço no século XVII.

Segundo Durkheim (*apud* MOSCOVICI, 2003), a causa determinante de um fato social deve ser buscada em fatos sociais e não nos efeitos da consciência individual. É neste sentido que procuramos entender todo contexto de onde emerge a Educação Ambiental, pois a mesma como um fato social é fruto de tal contexto.

No entanto, como vimos a visão instrumental-utilitarista do mundo natural preponderante no sistema capitalista, trata de perpetuar o paradigma cartesiano e a postura antropocêntrica, pois *“um paradigma impera sobre as mentes porque institui os conceitos soberanos e sua relação lógica (disjunção, conjunção, implicação), que governam, ocultamente, as concepções e as teorias científicas realizadas sob seu império”* (MORIN, 2003:114)

Ao se prosseguir com esse paradigma, o mesmo irá se impregnar no imaginário social, expandindo-se através do processo de ancoragem e objetivação que configuram a representação social. (MOSCOVICI, 2003)

No processo de ancoragem, todo novo conhecimento produzido é ancorado no conhecimento já internalizado, que por sua vez, é influenciado pelo imaginário social individualista, utilitarista, cartesiano e antropocêntrico.

Na objetivação, o conhecimento transformado pelo conhecimento internalizado é utilizado no decorrer das interações cotidianas. Procura-se, a todo o momento, tornar o conhecimento não-familiar em familiar, dando grandes possibilidades para que o atual sistema de coisas prossiga indefinidamente.

Jovchevitch (2000:224) nos chama a atenção para formação dos conhecimentos em sociedade ao dizer que *“é através da conversação ao longo das interações do cotidiano, que as pessoas se familiarizam com os objetos que circulam na vida social e aprendem como incorporá-los em sua visão de mundo”*.

Podemos dizer que há dificuldades em ultrapassar o imaginário reducionista, para realizar tal argumentação, utilizamos as palavras de Coimbra (2002:190): *“os hábitos formados num organismo social decorrem da cultura e, em troca, reforçam essa mesma cultura”*

Neste sentido, destacamos o papel do pesquisador/militante em Educação Ambiental e sua importância para a transformação do *status quo*, pois ao mapear os caminhos da formação das representações sociais, por meio de uma reflexão crítica que rompa com o imaginário social vigente, produz conhecimento na direção oposta dos padrões hegemônicos.

Segundo Reigota (2002), a representação social “*é um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos que, através deles, compreendem e transformam sua realidade*” e, de acordo com Spink (1993:303), “*a representação é uma construção do sujeito enquanto sujeito social... sujeito que não é apenas produto de determinações sociais, nem produtor independente, pois as representações são sempre construções contextualizadas, resultantes das condições em que surgem e circulam*”.

Ficamos, então, à vontade para dizer que, quando a construção de nossa representação social se ancorar em um imaginário social complexo, sistêmico, solidário, justo e fraterno, conseguiremos transformar o *status quo*, pois seremos capazes de eliminar as representações sociais ancoradas no reducionismo cartesiano.

Sobre as funções das representações, segundo Moscovici (2003), se nós aceitamos que sempre existe certa quantidade, tanto de autonomia, como de condicionamento em cada ambiente, seja natural ou social – e no caso em ambos – digamos que as representações sociais possuem precisamente duas funções:

Em primeiro lugar elas convencionalizam os objetos, pessoas, ou acontecimentos que encontram, estabelecendo categorias que servirão para ancorar todo novo elemento, sintetizando-se de acordo com as convenções partilhadas por um grupo de pessoas. Cabe lembrar a questão dos paradigmas citados anteriormente. Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Assim, podemos prever que existem condicionantes de uma ciência cartesiana na sociedade atual, uma vez que a mesma trata de sustentar o sistema capitalista e suas dimensões contraditórias que se recusam a refletir profundamente, pois poderão perder alguns de seus benefícios, por meio de uma visão de sistema complexo, que evidencie os diferentes efeitos dos seus atos.

Em segundo lugar as representações são prescritivas, isto é, ela se impõe sobre nós com uma força irresistível, mesmo que tentemos dela nos desvencilhar, encontraremos grandes dificuldades, pois em muitos casos elas se tornam realidades incontestáveis.

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm com seu objetivo, abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzem o mundo de forma significativa (MOSCOVICI, 2003:46)

Cabe ressaltar que a concepção do mundo segundo um prisma complexo não é, de todo, fácil de compreender, mesmo por que, até então, o que possuía algum valor era o que se dividia para se entender e dar significado (cartesianismo, mecanicismo).

2.3 Educação Ambiental e a construção de sociedades sustentáveis.

Muito se tem falado sobre desenvolvimento sustentável. No entanto, autores como Loureiro *et al.* (2005), Pedrini e Brito (2006), e Guimarães (1997), problematizam este conceito sugerindo que o mesmo ainda se ancora no modelo de desenvolvimento hegemônico tendo como matriz principal o capital.

Sendo assim, ao apropriarmos-nos destes conceitos destacamos que a idéia de desenvolvimento sustentável pode estar encontrando dificuldade para romper com as representações cartesianas que circulam nos mais variados tecidos sociais.

Como uma forma de romper com este modelo, buscamos referência em outra base conceitual que dá destaque as sociedades sustentáveis. Autores como Meira e Sato (2005), como os citados anteriormente, vem discutindo este conceito que segundo Pedrini e Brito (2006) aparece citado nos princípios da Carta da Terra (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global) construída pela sociedade civil durante as atividades da Rio-92 na Jornada Internacional de Educação Ambiental.

A reflexão central que se faz sobre este conceito é de que devemos deixar de lado a palavra desenvolvimento que, por ora, se apresenta carregada de uma ideologia marcada pelo consumismo que provoca degradação ambiental, para pensar em uma sociedade que consiga refletir sobre si mesma sem olhar para os padrões preconcebidos, ou seja, busca-se com o conceito de sociedades sustentáveis um movimento endógeno nas comunidades em busca de satisfação pessoal combinada com a conservação das bases materiais que lhes dão sustento.

Vejam alguns elementos que podem contribuir com a construção de sociedades sustentáveis no campo do turismo.

2.4 Abordagem complexa do turismo e suas relações com Educação Ambiental

O turismo, no Brasil, ainda não atingiu índices de desenvolvimento mais expressivos por causa da falta de uma visão sistêmica e holística (BENI, 2006:73).

Para mapear a complexidade em que se insere a atividade turística, recorremos a Krippendorf (2000), que apresenta seu entendimento em relação à atividade turística em forma de sistema, apresentando um certo grau de complexidade. Segundo Panosso-Netto (2005:77), "*o modelo de Krippendorf não vê o turismo com características de um sistema em si, mas como um sistema que está envolto nas questões do dia-a-dia*". Como vemos na seguinte citação, o turismo deve estudar:

A sociedade e sua escala de valores (subsistema sociocultural), a economia e sua estrutura (subsistema econômico), o ambiente e seus recursos (subsistema ecológico), assim como o estado e sua política (subsistema político). A reunião desses sistemas parciais constitui, de certa forma, o ambiente no qual se desenrola a vida (KRIPPENDORF: 2000:26).

Tecendo um paralelo com a Educação Ambiental, recorreremos ao Programa Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2005: 34) que diz:

A Educação Ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos. Mais até que uma abordagem sistêmica, a Educação Ambiental exige a perspectiva da complexidade, que implica em que no mundo interagem diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...) e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas.

Daí, a contribuição da Educação Ambiental ao entendimento mais aprofundado da atividade turística, pois ambos estão preocupados com as questões cotidianas e desejam contribuir com a melhoria do lugar onde se instituem, estabelecendo, assim, paralelos indissociáveis.

Fica, então, evidenciada a importância de se trabalhar o turismo e a Educação Ambiental em bases complexas, pois, uma vez que o senso comum da Educação Ambiental se apresente em bases complexas, contribuirá para que os municípios e empresários do turismo passem a enxergar e a contextualizar a atividade turística envolvendo uma gama de variáveis e de abordagens, como sugere Krippendorf (2000).

Assim, defendemos a Educação Ambiental como forte aliada para construção de sociedades sustentáveis através da atividade turística. Para enfatizar essa relação intrínseca, utilizamos a citação de Panosso-Netto (2005: 48), quando o mesmo comenta o trabalho de Fuster, dizendo que

o turismo envolve aspectos psicológicos, sociológicos, políticos, econômicos. O fenômeno turístico não pode ser reduzido ao estudo do homo turisticus, do homo politicus ou do homo economicus; seu estudo deve estabelecer relações entre essas diversas abordagens.

A partir de tais abordagens, é nítida e imprescindível a importância da Educação Ambiental em bases complexas contribuir com o estudo do fenômeno turístico. Essa constatação foi o que motivou a presente pesquisa, que pretende demonstrar como a Educação Ambiental pode contribuir com uma visão integrada da atividade turística.

Ressalta também que a representação social da Educação Ambiental expressa pelos guias de turismo, pelos coordenadores e diretores de escolas, pelos representantes de associações, e pelos representantes de instituições públicas e privadas, é um elemento importante para a formação de cidadãos críticos e capazes de ação política, podendo reorientar a atividade turística para a sustentabilidade, mediada por uma visão complexa dos problemas socioambientais.

2.5 A Representação Social da Educação Ambiental: Alguns estudos.

A Educação Ambiental em grande parte é pautada em uma ciência que evoca a complexidade, no entanto, no senso comum, ela vem se aproximando de uma concepção reducionista. É o que evidenciamos nas pesquisas realizadas por Fortunato (2005, 2006) com as agências e municípios participantes da *Adventure Sports Fair* e com educadores ambientais do município de Marília-SP.

Cabe ressaltar que a metodologia usada nessas pesquisas assemelha-se àquela utilizada para realização deste artigo, que utiliza o modelo ecossistêmico de cultura como referencial de qualidade para a Educação Ambiental, sendo as quatro dimensões de mundo as categorias de análise utilizadas para a comparação (Veja no decorrer do artigo).

Outras possíveis categorizações para mapear a representação social da Educação Ambiental são apresentadas a seguir, pois, segundo Oliveira e Freitas (2006: 179)

um informe de investigação (relatório, dissertação, tese ou um artigo) tem maior valor quando se situa em alguma tradição, em alguma corrente histórica, ou em algum patrimônio de pesquisa em seu campo ao referir-se a outros autores, a outros processos e resultados ao inserir seu projeto na construção de um mosaico global das atividades desse mesmo campo.

Pelicioni (2002) apresentou e discutiu a representação social da Educação Ambiental dos recém-chegados ao curso de especialização da mesma instituição, estabelecendo para comparação, as seguintes categorias de análise:

- Educação conservacionista: que trata dos recursos naturais à disposição dos seres humanos. Ideário romântico: que trata do autoconhecimento e integração à natureza.
- Ambientalismo ecossocialista: que pressupõe transformações no indivíduo e na sociedade.
- Instrumentos de gestão ambiental: que apresenta mecanismos reguladores do mercado.

Na análise dos seus resultados, Pelicioni (2002) verificou certa predominância da representação marcada pela educação conservacionista. Cabe ressaltar que a Educação Ambiental vai além da educação conservacionista mostrada pela autora, pois pressupõe transformação social, mas para uma parcela da população que detém o poder, não há interesse por tais transformações, impulsionando mesmo forças opostas a essas, apropriando-se deste modelo de ensino de uma ciência cartesiana, o qual não configura relações complexas, apenas trazendo aos educandos explicações simplistas de sua realidade.

Em outra perspectiva, Sauv  (1997 *apud* CARVALHO, 2004), comenta sobre a import ncia de “...se revelar e confrontar as concep es sublinhadas na Educa o

Ambiental sob o ponto de vista crítico, entendendo que esse processo de esclarecimento relaciona-se com as próprias representações expressas nas práticas e nos discursos alheios”.

Segundo Carvalho (2004), Sauv  descreve estas concep es por meio de uma tipologia apresentada como ferramenta para a an lise dessas representações. Conforme o mesmo autor, Sauv  identifica seis concep es paradigmáticas sobre o ambiente, segundo o estudo fenomenol gico do discurso e da pr tica em Educa o Ambiental, sendo que a influ ncia dessas diferentes concep es pode ser observada na abordagem pedag gica e nas estrat gias sugeridas pelos diferentes autores ou educadores. Seguem as categorias de concep es por ela utilizadas:

- Ambiente como a natureza... para ser apreciado, respeitado, preservado.
- Ambiente como um recurso... para ser gerenciado.
- Ambiente como um problema... para ser resolvido.
- Ambiente como um lugar para se viver... para conhecer e aprender sobre, para planejar para, para cuidar.
- Ambiente como a biosfera... onde devemos viver juntos, no futuro.
- Ambiente como projeto comunit rio... onde somos envolvidos.

Sobre estas concep es, comenta Carvalho (2004), dizendo que Sauv ,

...alerta que, embora cada uma dessas seis concep es arquet picas seja o centro particular da representa o social do ambiente,   poss vel observar que, para cada representa o particular, o foco pode ser enriquecido (no centro ou na periferia do esquema) por uma outra concep o, ou pela combina o dos elementos caracter sticos de dois ou mais arquet pos, sendo estas seis concep es eminentemente complementares e podem ser combinadas em diversos caminhos.

Carvalho (2004) prossegue comentando que, Sauv 

...ainda coloca que o ideal seria que a compreens o dos processos educativos considerasse uma dessas vis es complementares do ambiente, de uma forma cumulativa, atrav s de uma cuidadosa orquestra de interven o, ou preferencialmente, utilizando um enfoque pedag gico integrado... A referida autora comenta que, lamentavelmente, as propostas da Educa o Ambiental s o restritas em uma dessas concep es, limitando o principal objetivo da educa o: o ambiente n o   percebido de uma forma global e, conseq entemente, a rede de inter-rela o pessoa-sociedade-natureza (que   o centro da E.A.)   percebida somente parcialmente e cita como exemplo certas teorias e pr ticas relativas   educa o para o Desenvolvimento Sustent vel que adotam uma vis o limitada do ambiente, essencialmente como um recurso, assim como a vis o de que o ambiente   um grande armaz m gen tico que precisa ser gerenciado ou que precisa ser assegurado para os benef cios em longo prazo.

Para melhor situarmos este artigo, buscamos estabelecer relações com outras pesquisas que se assemelhassem a este; no entanto, algumas pesquisas merecem um pouco mais de atenção pela proximidade das categorias de análise utilizadas. É o caso do artigo publicado por Cavalari, *et al.* (2006).

Vejamos então as relações com nossa pesquisa ao comentarmos as categorias de análise utilizadas pelos pesquisadores.

A. A dimensão política do processo educativo: transformação social e a construção da cidadania

Essa categoria reflete mais precisamente a dimensão social, do modelo ecossistêmico de cultura apresentado pelo professor Pilon (1998), pois procura verificar o quanto de reflexão existe sobre a questão da ação política nos processos de Educação Ambiental.

B. Educação, Educação Ambiental e o processo de participação

Essa categoria já se assemelha à dimensão interativa, que irá tratar das qualidades nas relações entre grupos primários, pois só assim o processo de participação poderá ocorrer eficazmente na dimensão social para alavancar a almejada transformação social.

C. Educação Ambiental e interdisciplinaridade

Nessa categoria podemos identificar a Educação Ambiental vista de uma maneira complexa, sistêmica, perpassando pelas quatro dimensões de mundo (íntima, interativa, social e biofísica) do modelo ecossistêmico de cultura. (ver adiante)

D. Educação Ambiental e valores

Nessa categoria fica expressa a dimensão íntima, utilizada como categoria neste artigo, que se apresenta como uma das principais dimensões. Sem esta não há base para transformação social, pois as dimensões restantes ficam comprometidas.

E. Educação Ambiental e a relação local – global – local

Nessa categoria podemos novamente fazer alusão às quatro dimensões de mundo, no entanto, não necessariamente os pesquisadores pensaram dessa maneira, mas a seguinte citação utilizada pelos mesmos nos leva a crer que sim. Vejamos:

a Educação Ambiental busca um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual, quanto coletivo. Ela deve começar em casa, ga-

nhar as praças e as ruas, atingir os bairros e as periferias, evidenciar as peculiaridades regionais, apontando para o nacional e o global. Deve gerar conhecimento local, sem perder de vista o global, precisa necessariamente que envolva pais, estudantes, professores e comunidade. É um passo fundamental para conquista da cidadania (AB' SABER *apud* CAVALARI; SANTANA; CARVALHO; 2006: 166)

F. Educação e conflitos socioambientais

Os autores partem do princípio que para solução dos problemas socioambientais devemos considerar novos modelos interpretativos para aprender a complexidade.

Em outra pesquisa, Andrade, *et al.* (2004) procuram mapear a representação de Educação Ambiental dos universitários, para isso utilizando de alguns questionários que exploram o conceito de Educação Ambiental (o que é Educação Ambiental?), e em seguida, através da análise de conteúdo, elenca algumas categorias que apresentaremos a seguir:

- Antropocêntrica – para respostas onde mostravam indícios que as pessoas utilizavam a natureza para melhorar sua qualidade de vida, porém se colocando como o elemento mais importante, ficando a natureza apenas para lhe servir.
- Antropocêntrica pactuada – nesta o homem é visto como elemento central dentro de um sistema, mas seus objetivos tendem, na medida do possível, a serem harmonizados com a natureza.
- Ecocêntrica – o homem é visto como mais um elemento da natureza, não como o mais importante.

Os autores chegaram à conclusão que a representação social da educação com mais expressão foi a antropocêntrica pactuada, o que demonstra certa tomada de consciência por parte dos universitários questionados, em relação à questão ambiental.

Veamos a seguir as categorias utilizadas para pensar a Educação Ambiental neste artigo, acreditamos que elas, de certa forma, sintetizam o que outros autores fizeram e deixa claro as dimensões que a Educação Ambiental pode contemplar para contribuir com a construção de sociedades sustentáveis através do turismo.

2.6 O modelo ecossistêmico de cultura: um parâmetro de qualidade para a Educação Ambiental no turismo

O mundo não é classificável em diferentes espécies de objetos, mas em diferentes espécies de conexões. Ele aparece como complexo, tecido de eventos, no qual conexões de diferentes tipos alternam-se, imbricam-se, combinam-se, determinando assim a textura da totalidade (HEISENBERG *apud* PILON, 1998, s/p folha de rosto)

Antes de nos determos no modelo ecossistêmico de cultura, decidimos deixar claro o que entendemos por cultura. O conceito de cultura utilizado no trabalho refere-se a todo o modo como concebemos uma determinada realidade através das influências sociais, econômicas e históricas, que na modernidade se apresentam como elementos dicotômicos, mas na pós-modernidade aparecem interligados.

Essa conexão é o que pretendemos ao eleger um modelo que se denomine ecossistêmico, a lembrar, conjunto de sistemas onde diferentes objetos e formas de vida estabelecem relações intrínsecas.

Assim, a Educação Ambiental que se apresenta com compromisso social, deve necessariamente partir de uma visão sistêmica e complexa da realidade, onde se encontrem interligadas as dimensões de mundo (íntima, interativa, social e biofísica).

As quatro dimensões de mundo apresentadas por Pilon têm origem no pensamento de Biswanger (1973 *apud* PILON, 1998), que se refere à existência de um mundo **próprio**, envolvendo o sujeito, de um mundo de **convivência**, envolvendo grupos primários, de um mundo de **multidão**, envolvendo a sociedade e de um mundo **circundante**, envolvendo o ambiente

O processo educativo que considera as quatro dimensões de mundo contribuirá para que seja constituído um modelo ecossistêmico de cultura que, segundo Pilon, é uma configuração dinâmica, em que todas as dimensões do mundo (íntima, interativa, social e biofísica), estão associadas entre si, em termos de doação e recepção mediante processos de singularidade e reciprocidade.

Exemplificando, para facilitar o entendimento do leitor nos apropriamos do pensamento de Pilon (1998) quando o mesmo nos diz que, numa visão ecossistêmica, a **dimensão íntima** recebe das demais dimensões, apoio (interativa), serviços (social) e condições de sobrevivência (biofísica); a **dimensão interativa** beneficia-se da adesão (íntima), da facilitação (social) e de condições de sobrevivência (biofísica); a **dimensão social** é promovida pela oferta pessoal (íntima), pela qualidade das relações (interativa) e pelas relações adequadas com a dimensão **biofísica**; esta, finalmente, depende de apreciação (íntima), promoção (interativa) e sustentação (social). Discrimina-se assim, a dinâmica de doação-recepção de cada dimensão de mundo nos conjuntos dos eventos configurados pelas quatro dimensões de mundo.

Morin (2000:35) traz uma grande contribuição para que possamos entender no que consiste um modelo ecossistêmico de cultura ao dizer que

a palavra 'ecossistema' é clara. O ecologista tem necessidade de conhecer um pouco de biologia, de botânica, de sociologia... Sua cultura para desenvolver seu conhecimento ecológico precisa ser multidimensional...a partir do momento em que vocês têm uma ciência de ecossistemas e que os ecossistemas estão ligados aos ecossistemas mais vastos, ecossistemas em ecossistemas, chegamos a esse conjunto que se chama 'biosfera', constituída de todas as coisas vivas, aí subentendidas as humanas.

Chegamos à conclusão que, somente quando estudarmos ecossistemas,

(*sensu* MORIN, 2000:35) chegaremos ao conhecimento das relações que configuram a questão ambiental em sua complexidade.

No entanto, a ciência cartesiana contribui fortemente para que modelos ecossistêmicos de cultura não consigam se concretizar. Assim, vivendo sobre sua forte influência, vagamos em meio a um modelo não-ecossistêmico de cultura que “destrói a singularidade e a reciprocidade entre as quatro dimensões de mundo, produzindo os mais variados agravos à qualidade de vida” (PILON, 2003:8).

Passaremos agora a caracterizar cada uma das dimensões de mundo que compõem o modelo ecossistêmico de cultura, caracterizando assim a complexidade da realidade que a Educação Ambiental crítica, reflexiva e sistêmica deve enfrentar para que caminhe rumo à emancipação e à qualidade de vida das populações envolvidas em seu processo. São estas as dimensões de mundo, segundo Pilon (1998):

Dimensão íntima:

Envolve toda cognição, tanto em processos de capacitação, como valorização da sabedoria tradicional, passando, também, por questões emocionais, ligadas ao uso da razão instrumental, ao individualismo, sempre abordando a questão dos valores como marca fundamental para mudança de comportamento. O trabalho com a dimensão íntima deve proporcionar o “*desenvolvimento de consciência crítica face ao projeto de vida*” (PILON, 2003:9)

Dimensão interativa:

Nesta dimensão destacam-se as seguintes características: convivência em grupos, formas de organização, o estabelecimento de redes de relações, atuação solidária e cooperativa. O trabalho com a dimensão interativa deve prever que “*o outro é aquele que me convoca à responsabilidade*” (Levinas 1974, *apud* Pilon, 2003:20). Ressaltando a importância da dimensão interativa, nos conduzimos ao pensamento de Gayotto (s/d:13): “*o espaço do grupo é o espaço natural de nos concretizarmos como sujeitos*”

Cabe ressaltar ainda, a contribuição de Assmann e Sung (2000:104):

Eu não posso me descobrir como pessoa humana, se não ‘descobrir’ o/a outro/a, o/a diferente, como participante da mesma condição humana. É o reconhecimento do/a diferente como ‘igual’, isto é, co-participante da mesma condição humana, que me possibilita encontrar comigo mesmo.

Dimensão social:

Abrange as nossas relações em sociedade, que estabelece relações intrínsecas com o ambiente cultural e possui as seguintes características: “*elaboração de políticas públicas, direitos e deveres, participação popular, ética, cidadania, parcerias, advocacia e testemunho público, comunicação social, prestação de serviços*” (PILON, 2003:9).

Dimensão biofísica:

Esta dimensão trata de considerar todo o ambiente natural e construído, todo o equilíbrio ambiental necessário à qualidade de vida. Durante muito tempo, a Educação Ambiental se concentrou no trabalho com a dimensão biofísica expressando um certo reducionismo à atividade.

O estudo da problemática socioambiental a partir das quatro dimensões de mundo é essencial. Os educandos não podem ficar a mercê da complexidade com a qual se relacionam, onde se inserem, não se trata apenas de passar informação superficiais, é necessário que enfoquemos as causas dos problemas.

Por isto, concordamos com Pilon (1998) quando faz uma analogia das questões socioambientais a um caldeirão efervescente, como podemos evidenciar na Figura 1:

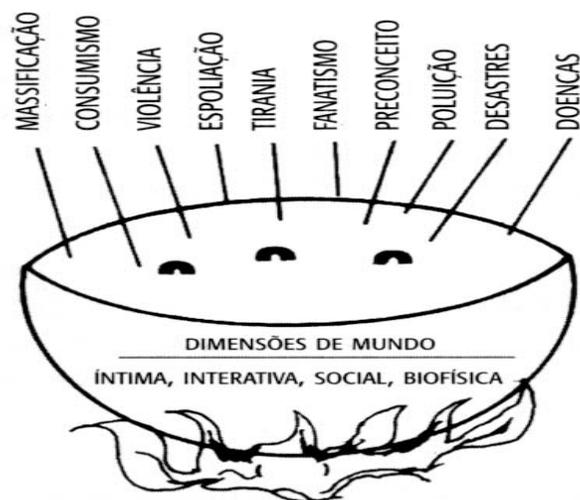


Figura 1: Caldeirão efervescente (PILON, 1998)

Enquanto trabalharmos apenas com as bolhas, em uma visão reducionista, não seremos capazes de resolver os problemas socioambientais, como nos mostra Pilon (2003:5):

Em um caldeirão efervescente, os problemas surgem como bolhas superficiais e fragmentadas, mas não devem ser confundidos ou reduzidos a elas, expressam algo mais profundo, um desequilíbrio fundamental entre as dimensões de mundo, gerando rupturas, isolamento, injúrias, espoliação, manipulação, predação e violência.

É necessário que tenhamos uma Educação Ambiental investigativa, questionadora, onde as “raízes” dos problemas devem ser tratadas, explicitadas, internalizadas, para que a construção de uma sociedade sustentável se torne algo realizável, pois “*não cabe à Educação Ambiental colocar remendos em tecido roto, nem eliminar bo-*

lhas na superfície de um caldo efervescente, mas explicitar porque, onde, quando, como se originam os problemas no bojo do caldo fervente” (PILON, 1998:26)

A utilização do modelo ecossistêmico de cultura como elementos de categorização da Educação Ambiental, ganha advento ao analisarmos a seguinte citação de Pilon (1998):

a definição de uma configuração geradora de eventos implica em investigação de campo, visando colher informações sobre diferentes variáveis: como são as pessoas (expectativas, valores, habilidades), como são as redes de relações imediatas (dinâmica, qualidade dos vínculos, objetivos implícitos ou explícitos), como é a sociedade maior em que se inserem (organização social, política, econômica, aspectos culturais relevantes, como é o entorno, características geográficas, qualidade do meio ambiente, incluindo as trocas de matéria e energia entre os seres vivos que o compõem (PILON, 1998:28).

A capacidade do educador em elencar as dimensões de mundo, mesmo que inconscientemente, irá demonstrar sua capacidade de investigação para intervenção em uma realidade complexa. Começamos por ressaltar a dimensão íntima ao abordar um dos temas principais da questão ambiental: a ética, logo depois abordaremos a questão da sensibilidade.

2.7 Ética: destaque à dimensão íntima

A ética se caracteriza fundamentalmente pelo desejo de bem-estar ao próximo. Qualquer atitude que se denomine de ética deve preservar o bem comum, o sentido de comunidade, acima do bem individual.

No entanto, como preservar o bem comum e o sentido de comunidade, quando a cultura capitalista (individualista) e a ciência moderna (disjuntora) têm produzido uma crise perceptiva (CAPRA, 1982). E por outro lado, as relações éticas, estão pautadas pela compaixão, pela solidariedade, pelo compromisso com a angústia do outro e pela percepção de que “*o universo é constituído por uma imensa teia de relações de tal forma que cada um vive pelo outro, para o outro e como o outro*” (BOFF, 2004: 38).

Assim, toda educação formal, não-formal e informal, deve esclarecer as contradições impregnadas nesta crise perceptiva para que possamos caminhar para transformação social e para que o turismo possa revelar esse compromisso ético para todos, pois segundo Krippendorf (2000: 94):

As férias desencadeiam um processo de aprendizado que com a continuidade – isto é, no decorrer de nossas viagens -, modifica nossas atitudes e nossos comportamentos, chegando mesmo a algumas mudanças na sociedade. Não se trata de viver alguma coisa “fora” e de contá-la em casa, mas de aprender alguma coisa lá fora e agir de acordo dentro de casa.

2.8 Educação Ambiental para democracia e a consolidação do planejamento participativo: destaque as dimensões interativa e social.

Todo cidadão deve ter consciência política para direcionar seu projeto de vida e de seus semelhantes à satisfação das necessidades elementares (educação, saúde, lazer, moradia, trabalho e alimentação) para que tenham uma sadia qualidade de vida.

No entanto, como nos apresenta Beni (2006:59), *“...a apatia e a falta de consciência sobre os problemas socioculturais, econômicas e políticos entre as bases é resultado de anos, muitas vezes de séculos de exclusão acerca dos assuntos que afetam sua dignidade”*.

Assim, definimos como um dos objetivos da Educação Ambiental no turismo, a conquista da democracia direta por meio de uma reflexão crítica, para que a mesma possa ser exercida em níveis cada vez mais elevados, diminuindo-se as distâncias entre os que planejam, os que tomam as decisões nos governos e os que executam e sofrem as conseqüências na base. Chama-se esse processo de democracia direta que não se resume ao simples votos popular (democracia representativa).

Segundo Sachs (2004), a democracia direta deve evoluir na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, Tais conselhos, de foros, nos levam ao exercício do planejamento participativo que, segundo Beni (2006: 64):

reduz custos e aumenta a eficiência do modelo a ser apresentado, bem como a eficácia do processo. A gestão participativa forma gestores locais e regionais, e multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local.

Tendo como base o planejamento participativo, passamos a refletir sobre o orçamento participativo, que segundo Coimbra (2002), é um procedimento para se alcançar objetividade econômico-social e administrativa, onde é a comunidade (contribuintes) que garante a sustentabilidade, para que possam decidir sobre quais são os investimentos prioritários.

Outro fato que devemos refletir dentro do planejamento participativo incentivado pela Educação Ambiental perpassa pelo atual formato econômico que já mostrou ser ineficiente em termos de seu compromisso social. Assim, cabe ao turismo e a Educação Ambiental propor a economia solidária como parte desse compromisso, pois contribui com a sustentabilidade através de seus princípios ancorados em um imaginário social onde predomina a democracia, a emancipação, a solidariedade, o cooperativismo, e a autogestão.

Segundo Singer (2002:9), basicamente, a economia solidária se caracteriza pela *“associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”*.

Frente a isto, traçamos relações entre ação solidária dentro do processo produtivo com o trabalho na educação, como incita Brandão (2002:18):

A educação, parte integrante do universo social da cultura, tem aqui um lugar de maior importância. Cabe a ela a tarefa de participar de todo o trabalho de criação de pessoas, não apenas capacitadas para o trabalho produtivo segundo as leis do mercado, mas pessoas educadas para serem agentes críticos e criativos na criação de seus próprios mundos sociais. Sujeito de suas vidas, atores de sua história.

Não podemos deixar de fazer referências, também, à gestão ambiental, enfocando a questão da sustentabilidade ecológica. A Educação Ambiental deve necessariamente impulsionar a gestão ambiental colocando a mesma como uma ferramenta capaz de proporcionar uma fiscalização e certa regulação do mercado em relação aos seus abusos diante a capacidade de suporte do ambiente.

Em síntese, a gestão ambiental pode se traduzir pela internalização das externalidades, ou seja, o que antes era tido como subproduto de uma atividade, por exemplo, o esgoto de um hotel (externalidade), deve ser parte do produto (internalização).

Todos esses aspectos podem não ser estimulados pela Educação Ambiental, por isso, buscamos compreender como a mesma vem sendo representada utilizando como padrão de qualidade para atender o turismo o modelo ecossistêmico de cultura.

A seguir, os aspectos metodológicos usados por este estudo.

3. Procedimentos metodológicos e discussão dos resultados

Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados, como procedimentos metodológicos a seguinte estrutura de entrevistas semi-estruturadas: (1) O que é Educação Ambiental? (2) como vem sendo trabalhada a Educação Ambiental?

Foram entrevistados doze atores sociais multiplicadores de informação como: diretores de escola, secretários do município, líderes comunitários, entre outros. Em seguida as entrevistas foram transcritas e foi aplicada a análise de conteúdo (BARDIN, 2004).

Para categorizar as representações sociais da Educação Ambiental foi utilizado o modelo ecossistêmico de cultura em suas dimensões: íntima, interativa social e biofísica (PILON, 1998).

Depois de realizadas as entrevistas, elas foram transcritas e categorizaram-se as respostas em quatro dimensões de mundo, para auferir quanto a Educação Ambiental vem se aproximando de uma abordagem complexa, neste caso, representada pelo modelo ecossistêmico de cultura e contribuindo com a sustentabilidade turística. Vejamos:

Dimensão Íntima:

a) Referência ao conceito (o que você entende por Educação Ambiental?): “nós temos a questão do meio ambiente e da conscientização”, “a gente sabe que tem que ter teimosia para conscientizar as pessoas e plantar isso na mente das pesso-

as”, “educação é conscientização da população”, “noção da beleza e de todas qualidades que a gente tem aqui”.

b) Referência à prática (como você vem trabalhando com a Educação Ambiental): “a gente estimula o desenvolvimento emocional de cada criança”, “redações, poesias”, “mudar hábito, sabe, conscientizar as crianças”.

Parece, nas entrevistas, que o trabalho com as crianças ganhou certa relevância, a questão de ter consciência também aparece com bastante frequência, alguns fragmentos vão de encontro à questão dos valores quando mencionam “o próprio homem com sua ganância”, “para lucro próprio”. Quando pensamos na prática, aparecem estímulos ao trabalho com “redações e poesias”, até trabalhos com o desenvolvimento emocional das crianças.

Não encontramos nas análises, algo que nos levasse a questionar valores individuais, ou que nos fizessem perceber o individualismo. Trabalhar com a sensibilização do turista não aparece nos discursos, mostrando assim pequeno ou mesmo inexistente compromisso com valores tais como, a compaixão, a solidariedade, a politicidade, entre outros considerados altruístas e de fundamental importância a sustentabilidade ambiental e turística

Retomando a importância da dimensão íntima para o turismo lembremos quando Krippendorf (2000) nos coloca que a atividade turística deve estudar necessariamente a sociedade e sua escala de valores, assim o trabalho com a dimensão íntima é colocado como algo essencial a transformação social almejada pelo turismo a caminho da construção de sociedades sustentáveis.

Pois para chegarmos a tais patamares, como no incita pensar Coimbra (2002), devemos ir além do estudo da economia, do social e da política devemos estar atento para uma relação de amor, na qual a natureza ajuda-nos a recompor nossa própria identidade.

E quando analisamos Morin (2000: 34) citando o grande filósofo Husserl, percebemos certa falha no domínio da ciência que a dimensão íntima procura resgatar, uma vez que o mesmo diz que: “*existe uma ausência de capacidade do sujeito de se conhecer e refletir sobre si mesmo*” e ainda Santos (1989: 147) comenta que

depois de três séculos de prodigioso desenvolvimento científico, torna-se intoleravelmente alienante...que a acumulação de tanto conhecimento sobre o mundo se tenha traduzido em tão pouca sabedoria do mundo, do homem consigo próprio, com os outros, com a natureza. Tal fato, vê-se agora, deveu-se à hegemonia incondicional do saber científico e a conseguinte marginalização de outros saberes vigentes na sociedade, tais como saber religioso, artístico, literário, mítico, poético.

Por todas essas questões é que a Educação Ambiental vem se apresentando numa condição de ruptura com a ciência moderna, pois ela necessariamente deve ser capaz de nos levar a questionar nosso ser, nosso estar e nosso agir no mundo con-

temporâneo.

Assim, destacamos o trabalho com a dimensão íntima de fundamental importância para transformação do *status quo da* questão ambiental.

Dimensão Interativa:

a) Referência ao conceito (o que você entende por Educação Ambiental?): “ai um faz, o outro faz, acaba com o que? Com a água né?”, “na minha cabeça Educação Ambiental é isso ai uma troca mútua”

b) Referência à prática (como você vem trabalhando com a Educação Ambiental?): “a gente faz dinâmicas”, “um trabalho coletivo”, “Participar individual e coletivamente”, “a gente tem que trabalhar com eles assim, vivência prática de meio ambiente” (quando o informante faz referência a vivência logo remetemos sua fala a mecanismos de trocas que caracteriza a dimensão interativa) “tentando associar as atividades com a vivência do dia a dia” (quando o informante se refere ao dia-a-dia ele dá uma conotação de que é importante a relação de troca enfatizada pela dimensão interativa).

Vejamos o quanto é importante trabalhar com a dimensão interativa, em destaque, pois a mesma é responsável pela troca dos valores discutidos e trabalhados na dimensão íntima. Essa dimensão chega a aparecer em algumas respostas, mesmo que com pouca expressividade.

Quando entramos em contato com algumas pessoas em nosso trabalho, no momento de lazer sempre estamos levando um pouco de conhecimento, de cultura e deixando-nos influenciar pelo conhecimento e pela cultura do outro, pois segundo Brandão (2002: 16):

o que nós vivemos em nossas relações com outras pessoas ou mesmo com o nosso mundo, como no próprio contato direto com a natureza, pode ser também, um momento de aprendizado. Podemos estar ou não conscientes disto, mas cada troca de palavras, cada troca de gestos, cada reciprocidade de saberes e de serviços com uma outra pessoa costuma ser também um momento de aprendizagem.

Percebe-se que depois de tais encontros é possível que as duas pessoas possam sair um pouco transformadas, ira depender, apenas do quanto a pessoa se tornará receptiva, novamente, desse modo, destacamos a importância do trabalho com vista a humildade na dimensão íntima.

Pois, é claro, que pessoas extremamente orgulhosas perdem tais oportunidades de enriquecimento cultural, pois erroneamente sentem-se acabadas, completas, detentoras de todo conhecimento que necessita.

Por outro lado, sabemos que somos seres incompletos em constante formação. Assim no encontro com o outro precisamos incentivar um certo aperfeiçoamento pessoal ao ressaltar os trabalhos com a dimensão interativa no processo de Educação

Ambiental para atividade turística.

A Figura 2, a seguir retirado do trabalho de Pilon (1998) nos ajuda a refletir um pouco mais sobre a importância da dimensão interativa:

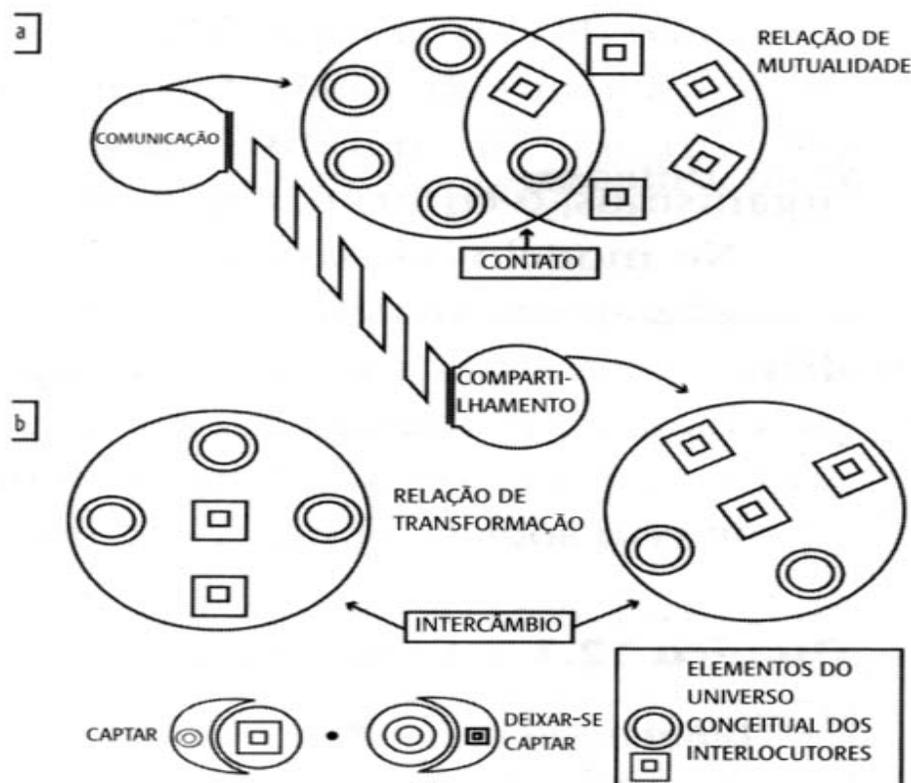


Figura 2: importância da dimensão interativa (PILON, 1998)

Dimensão Social:

a) Referência ao conceito (o que você entende por Educação Ambiental?): “quem tem uma fazenda acaba com toda vegetação nativa do lugar para plantar cana”.

b) Referência à prática (como você vem trabalhando com a Educação Ambiental?): “exercer sua cidadania”, “o apoio da prefeitura municipal, de uma ONG, que é a organização não governamental do Pró-Cuscuzeiro”, “esse é o nosso produto”, “o produto melhor agente pode vender legal”, “legislação que controle isso”.

Nessa dimensão, temos alguns fragmentos significativos que foram identificados através das respostas. No entanto, aparecem ainda de maneira muito simplista,

não sendo aprofundadas no sentido de, realmente, contribuir com a transformação dos problemas apresentados.

A dimensão social se apresenta de fundamental importância para a construção de sociedades sustentáveis, pois uma vez contestados os valores vigentes na dimensão íntima, considerando-se que as pessoas passem a optar por relações permeadas por valores altruístas, logo teremos dimensões interativas fortalecidas, pois a abertura a novos aprendizados, o aprendizado mútuo, a troca de experiências, o respeito às diferenças, proporcionará autoconfiança e qualidades nas relações grupais, uma vez o grupo fortalecido tratará de buscar cumprir seus deveres e seus direitos frente as possibilidades oferecidas por uma sociedade democrática na dimensão social.

A formação de uma consciência ecológica ou ambiental, pressupõe a transformação democrática do Estado que permita e apóie a participação direta da sociedade e das comunidades na autogestão e co-gestão de seu patrimônio de recursos, a reorganização transetorial da administração pública e a reelaboração interdisciplinar do saber (LEFF, 2002:54).

Assim, passarão a defender seus direitos a uma vida digna, frente ao poder público, cobrando dos mesmos tudo o que for referente à gestão ambiental, a economia solidária para que possam obter uma sadia qualidade de vida e incentivos a organizações sociais alternativas para que possam tentar regular o mercado e garantir a população condições que diminua a desigualdade social.

Nessa dimensão é imprescindível destacar a importância da formação de conselhos deliberativos para que o modelo da co-gestão venha a ser seguido como um patamar de qualidade para Educação Ambiental, em busca do planejamento participativo.

Dimensão Biofísica:

a) Referência ao conceito (o que você entende por Educação Ambiental?): “estarem em contato com o meio mais simples possível, que é a natureza”, “um contato maior com que um dia pode faltar para eles”, “a importância de cada árvore, de um rio”, “com as queimadas, com o desmatamento”, “com a água”, “com a vegetação nativa”.

b) Referência à prática (como você vem trabalhando com a Educação Ambiental?): “aterro sanitário”, “para implantar a coleta seletiva”, “a estação de tratamento de esgoto”, “coletamos todo o esgoto sanitário”, “processo de tratamento aeróbico e anaeróbico”, “tem que ter um entendimento do que é isso, do que é jogar um lixo no rio, ou num terreno baldio, do que é você depredar a natureza, desmatar”, “plantio de arvores de mata nativa, visitas a matas ciliares, replantio de mudas de plantas onde houve incêndio” “acho que ao todo umas 10 crianças cada uma recebeu uma muda de planta” “o acompanhamento tem sido feito até hoje porque tem o agrônomo com o pessoal dele que estão sempre lá para cuidar, dar uma olhada nas plan-

tas e nas mudas que as crianças plantaram”.

Essa dimensão, de fato, é a que mais aparece nos discursos, tendo em vista, que são as “bolhas de um caldeirão - sistema”, ou seja, são os problemas mais evidentes que compõem a questão ambiental. Trata-se, no entanto, de um modelo de representação da Educação Ambiental reducionista e que pouco contribui com a sustentabilidade na atividade turística.

4. Conclusão

Temos evidenciado através de pesquisas realizadas por Fortunato (2005,2006,2007) que a Educação Ambiental que, com base em algumas discussões acadêmicas, se apresenta como uma ciência complexa, não vem conseguindo atingir os mesmos padrões de discussões no senso comum, pois quando abordamos sua representação social podemos perceber que a mesma, ainda, ancora-se, em partes, numa ciência cartesiana, sendo trabalhada predominante na dimensão biofísica.

Em alguns casos, é certo, surgem “fagulhas” que poderiam sinalizar uma abordagem complexa das questões ambientais e da correspondente Educação Ambiental, mas ainda assim, dificilmente conseguem compor, ou acrescentar, um certo grau de complexidade às dimensões observadas em seus discursos.

Uma parte dos informantes que trabalham com a Educação Ambiental, deixava de considerar relações de cunho íntimo (íntima), que afetaria a qualidade dos contatos (interativa), contribuindo com a reflexão crítica e possibilitando a representação da população junto ao poder público (social); para que, desse modo, conseguissem melhorar a dimensão biofísica, que ganha destaque na representação social da Educação Ambiental, mas não se mostra capaz, *per se*, de transformar a realidade, pois como vimos, tratam-se das “bolhas” de um modelo de desenvolvimento que não vem dando certo, pois se encontra ancorado no racionalismo econômico que produz reducionismos.

Parte de nossa missão como educadores, e que é pouco contemplada na pesquisa, reside no fato de formar pessoas capazes de ação política, através de um pensamento complexo que estimule a arte do pensamento crítico, reflexivo, tão necessário para manter as bases naturais e proporcionar justiça social.

Fica evidenciado que a Educação Ambiental, quando representada em bases complexas, é um dos melhores instrumentos para construção de sociedades sustentáveis, uma vez que não trata apenas da questão da natureza, mas contempla a questão ambiental em suas dimensões natural, econômica, social, tecnológica, cultural e política.

Precisamos então estimular a criação de programas de Educação Ambiental que trabalhe a sensibilidade dos cidadãos para reconhecer e fomentar ações em bases sustentáveis, instituindo movimentos sociais organizados que pressionem o poder público a tomar atitudes mais eficazes quanto ao cumprimento das ações voltadas à gestão ambiental e a conseqüente economia solidária.

Cabe ressaltar que de acordo com a constituição federal de 1988 em seu artigo 225, parágrafo 1º inciso VI (BRASIL, 1999:123), devemos promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente. No entanto, como apresentado no decorrer do artigo, qualquer Educação Ambiental não solucionará nossos problemas que são de ordem estrutural. Por isso se faz necessária uma ampla requalificação do senso comum da Educação Ambiental para que ela possa, de fato, contribuir com a construção de sociedades sustentáveis.

É preciso que nos lembremos a todo instante que cada um de nós é responsável pela condição de vida dos nossos descendentes. Acreditamos que somente com o conjunto de atuações individuais seremos capazes de contribuir para construção de uma sociedade sustentável.

Sendo assim, a todo o tempo devemos instigar as pessoas para atuar em sua realidade de uma forma consistente. O problema ambiental afeta a todos, portanto é papel de todos, tanto do rico como do pobre, tanto do turista quanto do munícipe, engajar-se em algum movimento em benefício da qualidade de vida.

A responsabilidade de todos os homens que viajam na “nave Terra” não pode ser encoberta sob o véu das relações de poder e de exploração, fonte de desigualdades entre os companheiros de viagem.

Que nossa viagem possa ajustar seus rumos para garantir que nossos descendentes sejam capazes de prosseguir no caminho da construção de sociedades sustentáveis.

5. Referências Bibliográficas

ANDRADE-JÚNIOR, H. ; SOUZA, M. A. ; BROCHIER, J. I. . Representação Social da Educação Ambiental e da Educação em Saúde em Universitários.. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 1, p. 43-50, 2004.

ASSMANN, H.; SUNG, J..M. **Competência e Sensibilidade Solidária: educar para a esperança**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

BARDIN, L. A análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRANCO, S. M. **Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1999.

BRANDAO, C. R. . Hoje, tantos anos depois. *In*: Souza, A.I. (org.). **Paulo Freire: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2002, p. 7-20.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 5 out. 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional n.22, 18 mar. 1999, acompanhada de

notas remissivas e dos textos, integrais, das ementas constitucionais e das ementas constitucionais de revisão. 22. ed. rev.e.ampl. São Paulo: Saraiva, 1999. 273p (Coleção Saraiva de Legislação)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. MMA: Brasil, 2005.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 1996.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, M. A. B. O. 'Meio Ambiente' e 'Educação Ambiental' na perspectiva de diferentes sujeitos sociais no município de Matão-SP: possibilidades de ações e parcerias. 2004. **Dissertação** (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, Araraquara-SP.

CAVALARI, R. M. F.; SANTANA, L. C.; CARVALHO, L. M. Concepções de educação e Educação Ambiental nos trabalhos do I EPEA. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.1, n.1, jul./dez. 2006. p. 141-173.

COIMBRA, A. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FORTUNATO, R.A. Representação social da Educação Ambiental dos participantes da *Adventure Sports Fair*. **Anais** do 1º encontro de Educação Ambiental da UNESP/Botucatu – SP, 2005.

FORTUNATO, R.A. Representação social dos educadores ambientais do Município de Marília – SP. **Anais** do Vº congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental. Joinville – SC, 2006.

FORTUNATO, R.A. Representação social da Educação Ambiental em Analândia e sua contribuição ao Ecoturismo. 2007, 155p. **Dissertação** de Mestrado: UNIARA, 2007.

GAYOTTO, M. L. **A psicologia social de Enrique Pichon-Rivière**. São Paulo: PUC, s/d.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. *In*: BECKER, B; K.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, EUFRJ, 1997: 13-44.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade. Petrópolis:

Vozes, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. *et al.* **Educação Ambiental e Gestão Participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.

MEIRA, P.; SATO, M. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v. 14, n. 25:17-31, 2005.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MOUROIS, A. **Arte de viver**. Rio de Janeiro: Vecchi, s/d.

NEIMAN, Z. Percepção e Representações: Aspectos da Psicologia Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, p. 42-54, 2007.

OLIVEIRA, H. T.; FREITAS, D. Pesquisa em Educação Ambiental: um panorama de suas tendências metodológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.1, n.1, jul./dez. 2006.

PANOSSO-NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PEDRINI, A.G. BRITO, M.I.M.S. Educação Ambiental para o Desenvolvimento ou Sociedade Sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. **Educação Ambiental em Ação**, v. 17, 2006.

PELICIONI, A.F. Educação Ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora. 2002. **Tese**, Doutorado em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PELIZOLLI, M.L. **Correntes da Ética Ambiental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

PHILLIPI-JR, A.; PELICIONI, M.C.F. Desenvolvimento de cursos e projetos em Educação Ambiental. São Paulo: Signus, 2000.

PILÓN, A. F. A construção da qualidade de vida. 1998. **Tese** (Livre Docência) - apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINK M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, n. 9: 300-98, 1993.

Rafael Angelo Fortunato: Doutorando em Meio Ambiente pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, docente do curso de Pós-graduação (*lato sensu*) em Educação Ambiental do SENAC - Rio.

Email: fortrafa@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8616988019237581>

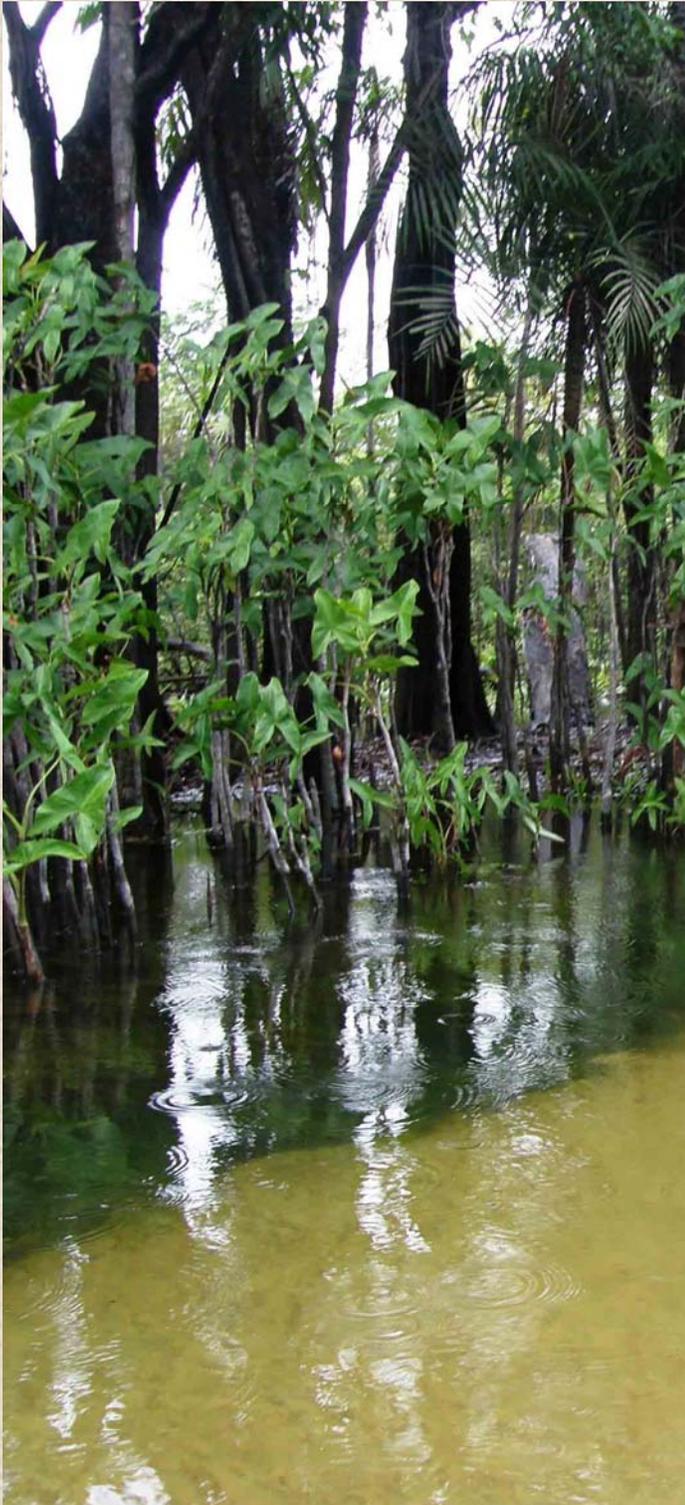
Data de submissão: 08 de março de 2009

Data do aceite: 15 de maio de 2009

SEÇÃO
RESENHAS

A floresta

Em vão com o mundo da floresta privas!...
- Todas as hermenêuticas sondagens,
Ante o hieróglifo e o enigma das folhagens,
São absolutamente negativas!



Araucárias, traçando arcos de ogivas,
Bracejamentos de álamos selvagens,
Como um convite para estranhas viagens,
Tornam todas as almas pensativas!

Há uma força vencida nesse mundo!
Todo o organismo florestal profundo
É dor viva, trancada num disfarce...

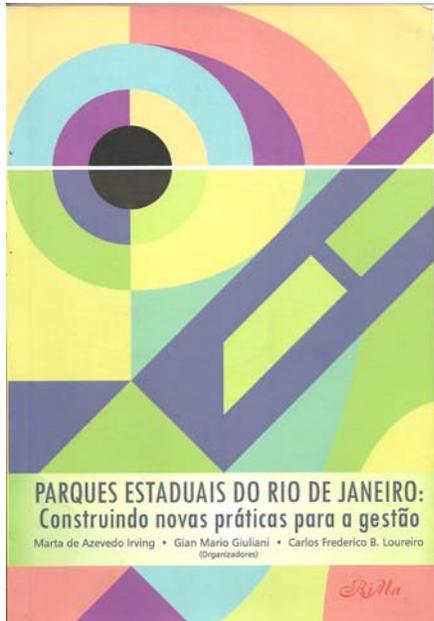
Vivem só, nele, os elementos brancos,
- As ambições que se fizeram troncos,
Porque nunca puderam realizar-se!

(Augusto dos Anjos)

Seria o Rio de Janeiro uma referência para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação?

Andrea Rabinovici

Irving, M.A.; Giuliani, G.M.; Loureiro, C.F.B.(orgs.). **Parques Estaduais do Rio de Janeiro: Construindo novas práticas para a gestão**. São Carlos: Ed. RiMa, 2008.



No ano de 2007, o Instituto Estadual de Florestas (IEF)¹ do Estado do Rio de Janeiro criou o Programa de Fortalecimento de Conselhos de Unidade de Conservação com o objetivo, entre outros, de cumprir exigência da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e atender diretrizes do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). É sobre este momento histórico das áreas protegidas deste Estado que se voltam os olhares da equipe de 31 pesquisadores do Grupo de Pesquisa “Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social” (GAPIS), vinculado ao Programa Eicos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do “Observatório de Áreas Protegidas do Rio de Janeiro”, especialmente criado por eles para a tarefa.

Um dos primeiros resultados deste trabalho, foi a publicação, no final de 2008 pela Editora RiMa, do livro “Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão”, organizado por Marta de Azevedo Irving, Gian Mario Giuliani e Carlos Frederico Bernardo Loureiro. O livro possui uma ampla revisão bibliográfica e documental sobre as práticas participativas de gestão de Unidades de Conservação (UCs) e descreve os resultados de algumas idas a campo, nas quais foram realizadas entrevistas com seus gestores.

Os organizadores já possuem alguns trabalhos publicados que discutem a gestão das UCs, de modo que o livro se insere dentro de um contexto maior e faz parte de uma linha de pesquisa de importância fundamental para que sejam elaborados subsídios visando uma mudança de rumos que aponte para a efetiva participação da sociedade civil nesse processo. Desta forma, como afirmam os próprios organizadores, o livro, que almeja ter como público-alvo tanto o cidadão comum quanto os gestores, tem por objetivo integrar o pensamento acadêmico e a gestão pública das Unidades de Conservação. A pretensão final é a ilustração de caminhos possíveis para a gestão participativa, defendida, de forma bastante otimista, como uma nova maneira de pensar e agir sobre as áreas protegidas no país.

No primeiro capítulo, de autoria dos três organizadores, é apresentada uma ex-

celente síntese sobre o histórico da formação da maneira tradicional com a qual as áreas protegidas vêm sendo geridas no Brasil e no mundo. Esta síntese serve como embasamento teórico para toda a argumentação apresentada no restante do livro. Concordando com ideias defendidas por Diegues (1996) sobre a existência do “*mito perverso de natureza como obstáculo ao desenvolvimento*”, o livro tenta “*desconstruir esse mito e provocar a alternativa de construção possível da gestão participativa de parques no Estado do Rio de Janeiro, em um cenário projetado de governança democrática*” (p. XIX).

Sendo nitidamente influenciado pelo pensamento de Edgar Morin, o capítulo segue apresentando como se constituiu o modo de funcionamento e existência da sociedade contemporânea, fundamentado principalmente na ideia de disjunção absoluta entre sociedade e natureza, reforçada pelo modelo de desenvolvimento que transforma o meio natural em recurso. No domínio da sociedade capitalista as dimensões natural e social são submetidas exclusivamente à lógica mercantil e monetária, agravando a contraposição e dissociação sociedade-natureza. Para os organizadores, o diálogo entre as ciências humanas e as ciências da natureza parece ser inevitável em uma reflexão acadêmica que pretenda gerar conhecimentos para a transformação desta visão de sociedade e, conseqüentemente, das políticas públicas.

É essa a perspectiva a qual, historicamente, influenciou a criação da gestão de Unidades de Conservação no Brasil e no mundo e que tem provocado os incontáveis conflitos sociais daí advindos. No Brasil, onde está se popularizando uma crença de que todos os conflitos e os problemas podem ser resolvidos em um regime democrático e participativo, há que se ponderar que, se de fato isso ocorre, só poderia ser em uma perspectiva diferente, integradora, inerente ao pensamento complexo defendido por Morin (2008). Só assim seria possível a superação da “*cisão histórica sociedade-natureza no sentido de uma nova lógica, resultando, provavelmente, em uma das faces mais inovadoras da reflexão sobre sustentabilidade*” (p. 11).

Em contraponto ao cenário no qual não houve a participação da sociedade na criação e gestão das UCs, aliado à aprovação do SNUC, fortalecido pela perspectiva de implantação PNAP, os organizadores do livro acreditam que há boas perspectivas para que o Brasil possa cumprir os compromissos assumidos no contexto da Convenção da Diversidade Biológica. Esta sugere a gestão participativa das áreas protegidas, envolvendo Estado e sociedade. Essa realidade contagia todo o livro com uma visão bastante otimista desse novo momento histórico, principalmente aos caminhos escolhidos pelo IEF para alguns Parques Estaduais, com fins à construção de uma governança democrática dessas Unidades.

No segundo capítulo, alguns dos autores contextualizam a dimensão e a problemática da gestão de áreas protegidas perante os novos desafios surgidos com a aprovação do SNUC, do PNAP, e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT - Decreto no 6.040/2007), instituída com o objetivo de também contribuir para a discussão dos direitos das populações tradicionais nas UCs. Em um primeiro levantamento, realizado através dos *sites* oficiais e de entrevistas com alguns gestores públicos, os autores apresentam uma tabela, bastante ilustrativa, com as 95 Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

ro, além de um mapa com a localização das UCs mais importantes. Entre as alternativas que surgem para superar a fragmentação dos biomas e avançar no sentido de uma gestão mais participativa, a formação de mosaicos e corredores ecológicos começa a se consolidar, ainda que de maneira insipiente, no Estado.

O Instituto Estadual de Florestas coordena um Programa de Reestruturação de Conselhos de Unidade de Conservação, visando a consolidação dos conselhos consultivos como importantes arenas de participação social e explicitação de conflitos, abrindo o poder público, pela primeira vez, espaço para a participação social nos processos de gestão. É aqui que o Ecoturismo surge como uma das possibilidades de inserção das populações locais, pois essa atividade pode promover a geração de renda com oportunidades de trabalho para artesãos e guias locais, socorristas, recepcionistas, entre outros, legalmente contratados e envolvidos nas atividades vinculadas à conservação da natureza. Essa nova visão representa, para os autores, um avanço nas políticas de proteção da biodiversidade, sob a ótica da inclusão social.

Nos demais capítulos do livro (que vão do 3º ao 8º) diversos autores do GAPIS sistematizam as informações disponíveis e discutem as particularidades dos mais importantes Parques Estaduais (P.E.), tendo como focos o momento atual de gestão e a projeção de alguns dos principais desafios no futuro. São eles: P.E. da Ilha Grande, P.E. Marinho do Aventureiro, P.E. da Serra da Tiririca, P.E. dos Três Picos, P.E. da Serra da Concórdia, P.E. da Pedra Branca e o P.E. do Desengano.

Para cada uma dessas UCs é apresentada contextualização histórica, socioeconômica e geográfica, além de uma caracterização da importância ecológica e as pressões sobre a base de recursos naturais, bem como um histórico da gestão com a análise das possibilidades e desafios para a participação das comunidades. Em todos os parques foram realizadas visitas a campo para o acompanhamento de atividades dos Conselhos Gestores recém-formalizados, de modo a construir um pequeno “Estado-da-Arte” dos mesmos, no contexto do Programa de Reestruturação.

O livro, nesse aspecto, se constitui em uma boa “porta de entrada” para o debate do futuro dos Parques Fluminenses, principalmente àqueles que buscam uma primeira leitura sobre sua problemática.

Alguns dos parques apresentados estão com seus processos de implantação em gestão em fase mais avançada; outros ainda em planejamento. A análise realizada pelos autores é precoce, tendo em vista que, na maioria dos parques estudados, o processo de implantação dos Conselhos é bastante recente.

No P.E. da Ilha Grande, por exemplo, a oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), ocorreu em 2007, e a primeira oficina participativa para elaboração de proposta de zoneamento do Parque, apenas em agosto de 2008 (vale lembrar que o livro foi lançado poucos meses depois disso). No caso do P.E. da Serra da Tiririca, foi somente em novembro de 2008 que foram iniciados os trabalhos de recriação e fortalecimento do conselho, sendo pouco tempo, nos parece, para os autores defenderem que “*o atual conselho consultivo está operando com regularidade e ampla participação, já em sua segunda composição*” (p.54). De qualquer forma, um dos grandes méritos da obra é registrar esta fase inicial no qual se encontram esses processos, de

modo que possam subsidiar futuras análises.

O pioneirismo em publicar dados compilados recentemente dos Parques do Rio de Janeiro confere ao livro um caráter de ser uma obra relativamente “datada”. Isso é muito visível em várias passagens do texto, as quais revelam expectativas momentâneas e descrições de situações muito específicas.

Outra marca evidente nos capítulos que apresentam a situação dos parques é o otimismo com relação às perspectivas da gestão participativa e seu impacto no âmbito nacional. Apesar deste otimismo, há muita cautela quando se analisa o contexto conjunto das UCs, sendo que, para muitos casos, diversos desafios a serem enfrentados são apresentados com clareza. A própria população acredita que os programas governamentais podem apenas significar “fumaça sem fogo”. Mesmo analisando o momento atual, são registrados pelos autores diversos pontos de fragilidade nas propostas de gestão participativa, sendo apontados alguns caminhos e cuidados a serem considerados no futuro.

Esse contexto dificulta o adequado planejamento e manejo do Ecoturismo no interior dos Parques, desestimulando o envolvimento das comunidades do entorno com as atividades econômicas sustentáveis possíveis, o que poderia se constituir em importante alternativa para a conservação da biodiversidade e inclusão social.

Os autores afirmam: o que acontece no Rio de Janeiro, e que é bastante recente para quaisquer conclusões, é similar ao que se dá em outros Estados do país, bem como internacionalmente. No Brasil continuamos atentos e partícipes nos debates, em suas idas e vindas constantes, ora pendendo para a proteção integral dos ecossistemas, ora para a conservação socioambiental. Seja qual for o ponto de partida, ainda estamos sem fôlego para o cuidado e os estudos sobre o entorno dos Parques, nos quais se aglomeram pessoas, inclusive os excluídos pela própria conservação, os quais transformam as paisagens, por vezes piorando, noutras até melhorando a qualidade ambiental em volta das UCs.

A participação e a inclusão social nas áreas protegidas são ainda pouco questionadas e criticadas, e, podem gerar, segundo os autores: *“leitura simplificada do processo de gestão, muito mais como uma formalidade e menos como responsabilidade de construção de um processo dialógico para o delineamento de pactos sociais duradouros, capazes de internalizar interesses individuais e, principalmente, coletivos”* (p. 109).

Precisamos de tempo para praticar a participação, a democracia e, assim poder criticar e melhorá-la. Assim, uma mudança como a que se propõe com as leis, em escala internacional, necessita de tempo e de força para ser capaz de ser internalizada e influenciar novos rumos na gestão de áreas protegidas e seus entornos. Os autores enfatizam que este processo *“representa nitidamente um processo de ‘contracultura’*” (p. 110).

Apesar do pouco tempo de prática e de estudos, os pesquisadores arriscam conclusões e tendências: há que se provocar questionamentos que contribuam com a construção de alternativas teóricas e metodológicas para a gestão de parques no país; a criação nada democrática das UCs brasileiras ainda é responsável pelos desdobramentos pouco democráticos dos mesmos e dos conflitos decorrentes; a importân-

cia de se criar metodologias capazes de promover o envolvimento de diversos atores sociais na gestão das UCs, bem como na sua avaliação; cada um dos atores deve atuar de acordo com a categoria a qual representa, imbuído de autoridade e legitimidade atribuídas por seus pares, bem como deverá assumir responsabilidades concretas; e o Plano de Manejo deve ter uma força e dinâmica legitimadas por acordos e pactos entre os partícipes e seus saberes de forma que tenha dinâmica e vitalidade para que, mais do que um documento, ser uma referência aos que cuidam de determinada área.

Afora isso, os pesquisadores ainda observam que a gestão deve assumir contornos mais pragmáticos e próximos da realidade local; precisam ser continuamente avaliados para poderem ganhar força sem serem banalizados.

Segundo os autores, o momento político do Rio de Janeiro favorece o processo participativo. Apesar de ser uma afirmação datada, da qual todos sabemos as possíveis consequências, de fato, o que temos de oportuno é a criação de todo um aparato participativo, que merece ser cuidadosamente estudado. Os colegas do RJ estão fazendo isso, com a formação de uma força-tarefa que inclui pesquisadores, estudantes, técnicos e outros interessados, e isso sim é mais do que oportuno, positivo e necessário. O diálogo com estudos em outras localidades para que se observem padrões e haja um aprendizado potencializado é extremamente recomendado. O RJ com este amplo projeto de pesquisa, este otimismo, com as promessas registradas no livro (de que serão concebidos ainda de um *site* e um filme sobre a gestão participativa em parques), tornam o Estado, pioneiro ou não na gestão participativa. Aguardaremos ansiosos pelos resultados e pela interação dialógica durante o processo!

Referências Bibliográficas

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/ Universidade de São Paulo, 1996.

MORIN, E. **On complexity**. New York: Hampton Press, 2008.

NOTA

¹ Atualmente este órgão denomina-se Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

Andréa Rabinovici: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Campus Sorocaba, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Email: andrea@ufscar.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4506171831521594>

Data de submissão: 14 de maio de 2009

Data de aceite: 25 de maio de 2009